



CRB

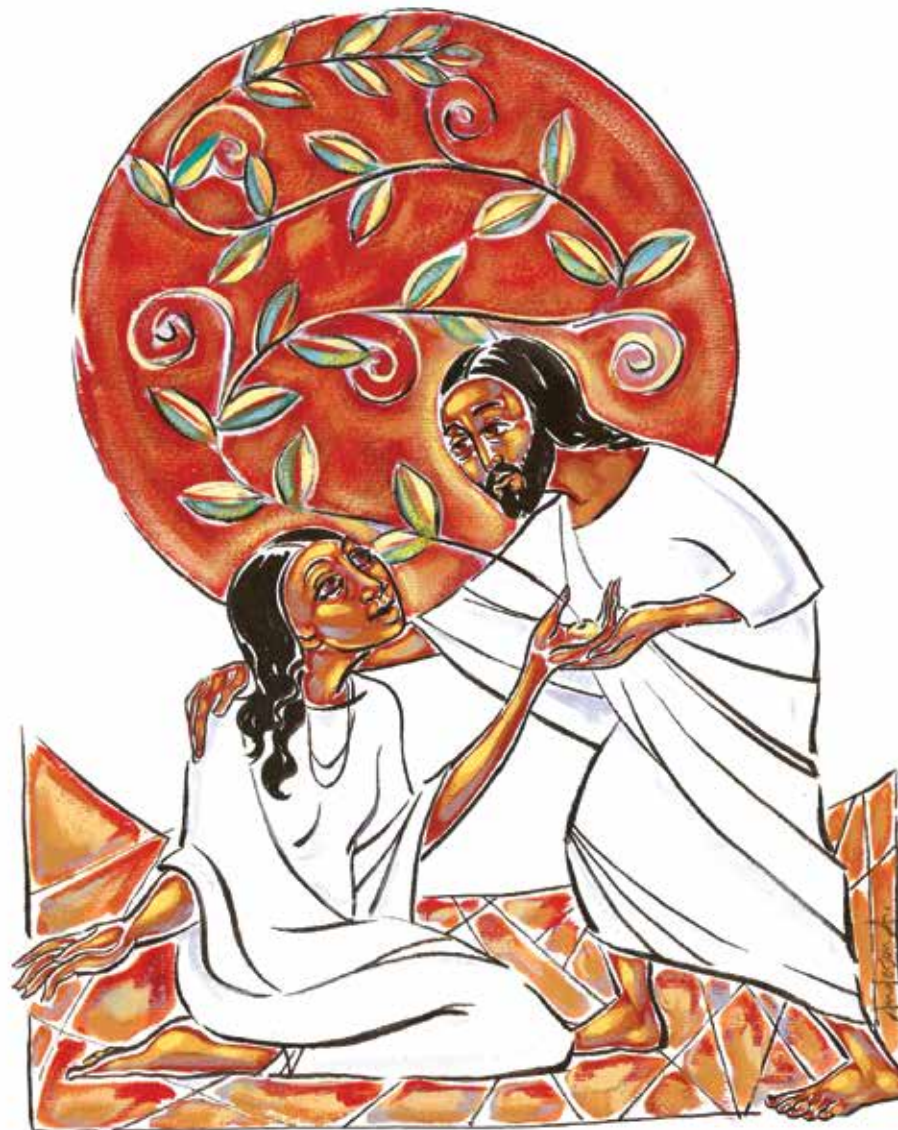
Quadro Programático da CRB 2010-2013

HORIZONTE

Em meio aos grandes desafios do mundo complexo e plural, da realidade da Igreja e da Vida Religiosa Consagrada, a Palavra de Deus nos impulsiona a avançar com os “olhos fixos em Jesus” (Hb 12,1-3), movidos/as pelo Espírito que o consagrou e enviou a anunciar a Boa-Nova (Lc 4,18). Provocados/as por uma nuvem de testemunhas (Hb 12,1), reafirmamos nossa identidade místico-profética e reavivamos a paixão pelo Reino, defendendo e promovendo a vida, assumindo a causa dos empobrecidos e construindo relações humanas, fraternas e solidárias.

PRIORIDADES

1. Redescobrir o sentido profundo da VRC, revitalizando a paixão por Jesus e seu Reino mediante a escuta da Palavra de Deus, a oração encarnada, a contemplação sapiencial da realidade, o compromisso discipular-missionário, a convivência como irmãos e irmãs e a comunhão com toda a criação.
2. Avivar a dimensão profético-missionária da VRC, atuando nas novas periferias e fronteiras, intensificando a opção pelos empobrecidos, e fortalecendo o compromisso com as grandes causas sociais, econômicas, políticas e ambientais.
3. Qualificar as relações na VRC e em seu espaço de inserção, em diálogo com as diferenças pessoais, culturais, étnicas, religiosas, geracionais e de gênero.
4. Ampliar o diálogo com as novas gerações em seus anseios e inquietações, e buscar novas metodologias para a animação vocacional.
5. Aprofundar o conhecimento da realidade juvenil e intensificar a presença e ação junto às juventudes.
6. Buscar maior leveza e agilidade institucional da VRC e ampliar as fronteiras congregacionais por meio da intercongregacionalidade, da partilha do carisma com outras pessoas e grupos de redes e parcerias.



- Abrir portas não costumeiras: vocação e proposta de Clara de Assis
- Vida Religiosa e sociedade moderna desde a *Gaudium et Spes*
- Lugar eclesial da Vida Religiosa monástica e contemplativa
- Tráfico de seres humanos: uma chaga no coração da humanidade

Sumário

Editorial

Viver a Vida Religiosa no compromisso e na missão..... 585

Mensagem

Mensagem da XVIII Assembleia Geral da CLAR – Conferência Latino-Americana de Religiosos à Vida Religiosa da América Latina e do Caribe..... 589

Informes

Tráfico de seres humanos: uma chaga no coração da humanidade..... 594

Ano Jubilar das Irmãs Franciscanas de Cristo Rei
50 anos de presença apostólica no Brasil..... 598

Instituto das Filhas de Maria Auxiliadora celebra 140 anos dedicados à educação..... 600

Entrevista

O que aprender do debate sobre anencefalia numa sociedade plural
MÁRCIO FABRI DOS ANJOS..... 602

Arte e Cultura

Nem tudo que reluz é ouro! Os perigos da internet
PLUTARCO ALMEIDA..... 607

Artigos

Abrir portas não costumeiras: vocação e proposta de Clara de Assis
DELIR BRUNELLI..... 612

Vida Religiosa e sociedade moderna: desde a *Gaudium et Spes*
BÁRBARA P. BUCKER..... 623

O lugar eclesial da vida religiosa monástica e contemplativa
DOM GREGÓRIO PAIXÃO..... 637



CONVERGÊNCIA

Revista mensal da Conferência dos Religiosos do Brasil – CRB
ISSN 0010-8162

DIRETORA RESPONSÁVEL

Ir. Márian Ambrosio, dp

REDATOR RESPONSÁVEL

Pe. Plutarco Almeida, sj
MTb 2122

CONSELHO EDITORIAL:

Ir. Helena Teresinha Rech, sst
Ir. Vera Ivanise Bombonato, fsp
Pe. Cleto Caliman, sdb
Pe. Jaldemir Vitória, sj
Pe. Roberto Duarte Rosalino, cmf

DIREÇÃO, REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

SDS, Bloco H, n. 26, sala 507
Ed. Venâncio II
70393-900 - Brasília - DF
Tel.: (61) 3226-5540
Fax: (61) 3225-3409
E-mail: crb@crbnacional.org.br
www.crbnacional.org.br
Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas
do PDF sob o n. P. 209/73

Projeto gráfico:
Manuel Rebelato Miramontes

Revisão:
Mônica Elaine G. S. da Costa

Impressão:
Gráfica de Paulinas Editora

Ilustração da capa:
Ir. Anderson Augusto de Souza Pereira, msc

Os artigos assinados são de responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.

Assinatura anual para 2012: Brasil: R\$ 89,00
Exterior: US\$ 89,00 ou correspondente em R\$ (reais)
Números avulsos: R\$ 8,90 ou US\$ 8,90

Livraria virtual

Agora você já pode adquirir todos os livros
da CRB Nacional através da
Distribuidora Loyola:



Distribuidora
Loyola
20 anos com você

livrarialoyola.com.br

O pagamento pode ser feito inclusive com
cartões de crédito e a entrega é rápida e
segura em qualquer lugar!

*Mas as nossas Regionais ainda vão continuar
vendendo as publicações CRB.*

Viver a Vida Religiosa no compromisso e na missão

585

EDITORIAL

Gente querida,
Deus seja louvado!

É bom estarmos juntos mais uma vez, reforçando os laços de amizade que unem a *Revista Convergência* aos seus milhares de assinantes em todo o Brasil e em outras partes do mundo também. A alegria que sentimos todos os meses, ao enviarmos a revista para vocês, torna-se ainda maior quando tomamos conhecimento de que ela está sendo útil à Vida Religiosa. São inúmeras as cartas, os e-mails, os recados transmitidos de viva voz e os telefonemas que nos chegam, parabenizando a CRB pela edição da *Convergência*. No entanto, permaneceremos sempre abertos, é claro, às críticas e sugestões.

Abrimos o número de outubro com a mensagem da Assembleia Geral da CLAR, a Conferência Latino-Americana dos Religiosos da América Latina e do Caribe, realizada em Quito, Equador, de 18 a 22 de junho deste ano, cujo tema foi *A Vida Religiosa da América Latina e do Caribe*. A carta é um brado de esperança em meio às dificuldades, aos percalços e aos novos desafios com os quais a VRC se depara nos dias de hoje. O futuro da Vida Religiosa no mundo e, de modo particular, neste ainda sofrido continente latino-americano, depende, sobretudo, da nossa capacidade de sonhar e de perseguir o sonho de um novo tempo (o Reino), apesar dos perigos que surgem em cada esquina, do desânimo, das incoerências e dos tropeços de cada dia.

Como ainda estamos vivenciando o *Ano Clareano*, o primeiro artigo desta edição é uma homenagem à família franciscana, e de maneira muito especial às Religiosas, Religiosos, leigas e leigos que têm em Clara de Assis a sua inspiração maior no seguimento de Jesus Cristo. No seu texto *Abrir portas não costumeiras: vocação e proposta de Clara de Assis*, a Irmã Delir Brunelli recorda as lições de Clara, a sua proposta ousada e renovadora em meio às crises da VRC, crises que ainda se fazem presentes:

A Vida Religiosa encontra-se hoje numa fronteira, e somente a travessia lhe garantirá fidelidade às origens e existência futura. Se escolher o espaço já conhecido e o modelo já comprovado, poderá conseguir maior segurança no presente, mas terá seu futuro comprometido. Se for destemida o suficiente para atravessar a fronteira e assumir a insegurança de um espaço desconhecido e de um modelo talvez apenas ensaiado, então poderá ter a boa surpresa de ver surgir algum broto novo no tronco já quase seco.

Outro evento importante, que a Igreja celebra em 2012, é o jubileu de ouro do Vaticano II. A partir desta edição, a *Convergência* passa a publicar vários textos focalizando os impactos do Concílio com relação à VRC e as repercussões que ainda se fazem notar. *Vida Religiosa e sociedade moderna desde a Gaudium et Spes*, artigo escrito pela teóloga e professora da PUC do Rio de Janeiro, Irmã Bárbara P. Bucker, é o primeiro de uma série.

O próximo artigo, da lavra do Bispo Auxiliar de Salvador, Bahia, o monge beneditino Dom Gregório Paixão, é o texto da palestra que ele proferiu no Encontro Nacional da Vida Monástica e Contemplativa, promovido pela CRB Nacional em Aparecida, São Paulo, de 16 a 19/07/2012, e tem como título: *O lugar eclesial da Vida Religiosa monástica e contemplativa*. Para Dom Gregório:

A vida monástica e a vida contemplativa encontram-se inseridas no contexto eclesial da pós-modernidade. Sofrem as mesmas

alegrias e dores de todas as ordens e congregações, e deseja participar desse momento histórico, que reconhece também como seu, podendo contribuir eficazmente na busca das alternativas desejadas por todos.

A seção de “Informes” de outubro chama a nossa atenção para o tráfico de seres humanos, uma questão que realmente preocupa pelas dimensões que tem assumido nos últimos anos. No Brasil, graças a Deus, várias Congregações e Institutos de VRC se engajaram nessa luta em defesa da dignidade humana. Ainda nos “Informes”, com muita alegria registramos dois jubileus: o das *Irmãs Franciscanas de Cristo Rei (50 anos de presença apostólica no Brasil)* e o das *Irmãs Salesianas (Instituto das Filhas de Maria Auxiliadora)*, que celebram 140 anos de dedicação à educação em nosso país.

Por solicitação da *Convergência*, o padre redentorista Márcio Fabri dos Anjos, um dos nossos mais renomados teólogos moralistas, concedeu uma entrevista para tratar especificamente sobre o problema da anencefalia, ou seja, as pessoas que nascem sem cérebro. Vale a pena recordar que, neste ano de 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) publicou sentença inocentando as mães que praticam aborto de fetos anencéfalos. A Igreja, evidentemente, posicionou-se contra esta medida que afeta o que existe de mais precioso: a vida humana. Os esclarecimentos do Padre Márcio com certeza irão ajudar nossos leitores e leitoras não apenas a se inteirar do assunto, mas também a formar uma opinião alicerçada em bases sólidas.

Na seção “Arte & Cultura”, tratamos mais uma vez das novas tecnologias. O texto *Nem tudo que reluz é ouro! Os perigos da internet* quer chamar a atenção da VRC para as armadilhas que se escondem por trás de cada tela de computador, a cada movimento do mouse. Temos uma arma assustadoramente poderosa na mão e talvez ainda não tenhamos nos dado conta! A verdade é que:

Na internet não existe nenhum traço de inocência, disto se pode ter certeza! Vamos parar de pensar que tudo o que acessamos

e/ou postamos no mundo virtual é algo privado ou restrito apenas ao nosso círculo de amizades (ou *seguidores/as*). Por mais confidencial que seja o nosso fluxo de informações ou por mais fechado que seja este nosso círculo, nada nos garante que algo não possa fugir do controle. Na internet não existem segredos invioláveis, diga-se de passagem.

Enfim, aqui está a sua, a nossa revista! Tem gente que aproveita tudo, tem pessoas que aproveitam pouco, muito pouco ou quase nada, e tem também Religiosos(as) que nem sequer se dão ao luxo de passar os olhos sobre estas páginas. De qualquer jeito, o convite está feito: vamos ler e aproveitar ao máximo o que pode ser aproveitado. Quem faz a *Convergência* está mais do que convencido de que, seja lá como for, algum BEM ela produz! E é exatamente isto que nos anima a continuar na caminhada em busca de uma Vida Religiosa mais atenta aos *sinais dos tempos*, como queriam os padres conciliares no Vaticano II. É através desses sinais que podemos descobrir e cumprir corajosamente a vontade de Deus nestes dias tão confusos em que vivemos.

Valeu, gente!

Boa leitura!

Abraço carinhoso!

Um beijo no coração de vocês!

PADRE PLUTARCO ALMEIDA, SJ

Mensagem da XVIII Assembleia Geral da CLAR – Conferência Latino- Americana de Religiosos, à Vida Religiosa da América Latina e do Caribe

589

MENSAGEM

18 a 22 de junho de 2012

1. A CLAR convocou esta Assembleia, com as 22 Conferências de Religiosos e Religiosas da América Latina e do Caribe, a se realizar em Quito, no Equador. Chegamos a ela envolvidos pela memória e os clamores dos nossos povos e das nossas Comunidades Religiosas. Um enorme laço colorido de fitas de esperanças dela brotava como carismas de uma única fonte. Ela prometeu, como, aliás, tem realizado fielmente ao longo de mais de cinquenta anos de vida da CLAR, acompanhar-nos, iluminar-nos e reenviar-nos com espírito renovado para fazer o caminho da libertação junto aos pobres e deserdados da terra. Ela é a Palavra de Deus!

2. Numa perspectiva da fé, e situados desde o lugar teológico dos pobres, nos acercamos de uma nova realidade geopolítica latino-americana e caribenha, a um crescimento econômico que não pode esconder a terrível exclusão social em que vivem as grandes maiorias, a depredação sem piedade da natureza, os gestos despóticos e ditatoriais de muitos governos, a migração forçada, a corrupção, a impunidade e o círculo vicioso de narcotráfico. Mas, junto a esta realidade crucificada, existe também a constatação de movimentos sociais e juvenis, mulheres que, desde a total indignação, levantam sua voz nas distintas praças e redes sociais reclamando por seus direitos fundamentais e pela instauração de outro mundo possível. Um mundo possível, baseado na justiça e na equidade, na participação democrática, no respeito à criação, como casa comum

de todos. Enchem-nos de esperança movimentos que promovem a utopia para que na sociedade os decantemos. Escutamos a Deus de onde a vida clama.

3. Esta realidade nos fez perguntar-nos qual deveria ser o lugar da Igreja e da Vida Religiosa ante estes e outros desafios. A resposta não viria sozinha, senão desde uma linda história eclesial universal, latino-americana e caribenha que nos precede e ilumina. O Concílio Vaticano II, do qual se celebram cinquenta anos, emerge em nossa memória agradecida, mediante um dos seus testemunhos presenciais, D. Demétrio Valentini, que insistiu em dizer que o processo conciliar ainda continua aberto, à espera de nossa disponibilidade. João XXIII despertou a Igreja e a sociedade com uma Boa-Nova que encontrou terreno fértil em nosso continente: *a Igreja é e quer ser a Igreja dos pobres*. Medellín se converteu na mais importante recepção criativa do Concílio. Afirmou – e o fez realidade pastoral – que a identidade eclesial passa pela solidariedade com os pobres e insignificantes, pois neles encontramos o Senhor que nos indica o caminho para o Pai. O pós-Concílio é, portanto, o tempo da visibilidade e da maioria dos povos, da Igreja, da VRC e da teologia própria deste Continente e de sua contribuição para a Igreja universal. A história da CLAR, apostando na inserção, na opção pelos pobres e na centralidade da leitura popular e orante da Palavra, se enraíza dentro deste movimento do Espírito que não devemos nunca esquecer, senão celebrar e dinamizar.

4. Desde esta memória, assistida pelo Espírito Santo, desde a paixão por Jesus, desde a herança de mulheres e homens que derramaram seu sangue pela causa do Reino, reconhecemos a história como lugar de onde Deus nos segue falando. Conduzidos pelo Espírito do Senhor, que enche o universo, queremos discernir junto ao nosso povo os acontecimentos, exigências e desejos, os sinais verdadeiros da presença e dos planos de Deus.¹ Reconhecemos que a evangelização que temos de impulsionar junto a leigas e leigos, assim como aos nossos pastores, *não pode ser atemporal nem a-histórica*.² Queremos reproduzir com valor e audácia a criatividade

1. Cf. *Gaudium et Spes*, 11.

e a santidade de nossas Fundadoras e nossos Fundadores, como resposta aos sinais dos tempos que surgem no mundo de hoje. Porém, não queremos limitar-nos a ler os sinais, senão contribuir no sentido de elaborar e levar a cabo novos projetos de evangelização para as situações atuais.³

5. Neste momento da história dos nossos povos, da Igreja e da Vida Religiosa, aprendemos a interpretar e a nos posicionar desde a sapiência indígena: *Ao interior, e desde o interior da velha época, nasce a nova*. Porém, para que nasça um novo Pacha,⁴ temos que trabalhar no interior do velho: fazer uma ruptura para que se encerre esta época e possa nascer outra. Isto quer dizer que há que superar o velho Pacha para que se rompa e trabalhar para que o Pacha novo possa vir. Se fizermos o contrário, repetindo coisas do velho Pacha, se posterga o advento de um novo. Isto é o que o universo bíblico sintetiza magistralmente: *vinho novo, odres novo*.⁵

6. Temos recebido nestes dias a confirmação de um progresso no caminho de uma Igreja dos pobres, que seja ao mesmo tempo uma Igreja de comunhão, para prosseguir aquela Igreja nascida em Pentecostes. Em cada eucaristia, em cada partilha, distintos pastores⁶ aportaram visões de fé que nos permitem ampliar continuamente o olhar em direção ao essencial: somos uma Igreja sustentada pela diversidade de carismas e ministérios que dançam em torno do Mistério.

7. A presença humilde, fraterna e transparente do Cardeal João Braz de Aviz, Prefeito da Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e Sociedades de Vida Apostólica, foi particularmente um bálsamo de possibilidades abertas, largamente admirado. Recebemos, com grande entusiasmo, seu apelo no sentido de não desanimarmos na busca de pontes de diálogo e colaboração no horizonte de uma comunhão eclesial. O Cardeal pediu especialmente que estivéssemos atentos às características da cultura atual: *Se não dialogarmos constantemente com a sensibilidade das mulheres e dos homens de hoje, corremos o risco de ter um tesouro e não podermos oferecê-lo. Sempre há uma Palavra de Deus dita para cada tempo. Deus não se cala, e isto as Religiosas e os Religiosos não podem esquecer jamais*. Animou-nos, igualmente, a fundamentar

2. Medellín, Pastoral das elites, 13.

3. Cf. *Vita Consecrata*, 37.

4. Significa: o mundo em sua unidade espaço-temporal.

5. Mt 9,17.

6. Cardeal Raúl Vela Chiriboga, Mons. Ricardo Antonio Tobón Restrepo (Presidente do DEVM do CELAM), Mons. Antonio Arregi Yarza (Arcebispo de Guayaquil e Presidente da CEE), Mons. Fausto Gabriel Trávez, OFM (Arcebispo de Quito), Mons. Celmo Lazzari, CSJ (Vigário Apostólico de Napo, Presidente da Comissão Mista).

nossa teologia e antropologia desde a centralidade do mistério trinitário, não como um frio teorema que nada muda em nossas vidas, senão em chave agostiniana: *A Trindade vê, se vê o amor*. Porque o amor implica três coisas: o amante, o amado e o amor.⁷ Contemplar a Trindade dentro do ser humano, de onde saberemos que o principal não é o poder, nem a inteligência, mas sim o amor, caminho de despojamento até a morte. O Cardeal nos lançou na direção de uma renovada teologia da VRC, na América Latina e no Caribe: mais perto da linguagem inédita do mundo de hoje e desde a Trindade, como mistério esclarecedor da identidade do ser humano e sua missão neste mundo.

8. A experiência dos 96 participantes desta XVIII Assembleia da CLAR – juntamente com o encontro direto com a VRC equatoriana – foi em si mesma uma manifestação de comunhão trinitária, de mútua doação, de dinamismo amorosamente fecundo. As diversidades de gênero, culturas, gerações, carismas, congregações e realidades se entrelaçaram, atraídas por uma mesma chama, que gerou um movimento de esperança que estas palavras não conseguem captar. Ainda assim, lançamos algumas perspectivas de futuro que abraçamos como família religiosa com o propósito de ir praticando a verdade e renovando a esperança na prática.

9. Sentimos que esta é a hora de buscar alternativas a tantas alternativas ensaiadas e que não têm sido geradoras de vida. Apostamos em alternativas que giram ao redor da indignação e da criatividade das novas gerações. Alternativas que atendem com compaixão os novos rostos da pobreza. Alternativas para viver em harmonia com a criação desde uma aprendizagem humilde da sabedoria de nossas culturas ancestrais indígenas e afro-caribenhas que continuamente rompem nossos conceitos de tempo e espaço. Alternativas que se empenham em manter e desenvolver o grande tesouro da reflexão teológica desde uma perspectiva interdisciplinar, como caminho de acompanhamento espiritual, no sentido de uma fé cada vez mais profunda, mais alegre, mais livre e libertadora. Alternativas que revalidam a nova profecia da intercongregacionalidade como sinal do rosto renovado da

7. Agustín, De Trinitate VII, 12.4.

VRC na aurora de uma mudança de época. Alternativas que apontam para uma visão de Igreja enquanto povo de Deus, verdadeira comunhão eclesial feita de respeito e colaboração mútua entre Religiosas, Religiosos, bispos, leigas e leigos. Esta pequena semente de alternativas quer chegar ao lugar de onde germinarão como sinais inegáveis do Reino: às nossas Comunidades, às nossas Conferências Nacionais e Regionais e a todas as instâncias dinamizadoras da CLAR.

10. Finalmente, regressamos à origem, à Palavra que nos convocou. Ela mesma nos presenteou com um ícone para o itinerário espiritual dos próximos três anos da vida da CLAR: a comunidade de Betânia (Jo 11,1–12,11). Betânia é o mau cheiro da injustiça e da opressão, de tantas esperanças sepultadas; mau cheiro que resulta intolerável e inaceitável. Mas Betânia é também o perfume que chega das mãos de tantas mulheres e homens antecipando o verdadeiro final da história: a vitória da justiça e do bem, o reino absoluto da vida. Betânia nos convida a sermos a casa aberta, o perfume derramado, a festa antecipada... Ícone das paisagens inéditas, inexploradas, que aguarda a VRC do continente.

11. A Assembleia Geral da CLAR se despede de Quito, porém seguirá levando em seu coração a alegria do testemunho de uma Vida Religiosa que busca ser mística e profética, e os desafios de conversão que o Senhor nos faz desde a Palavra e a realidade. A Conferência Equatoriana de Religiosas e Religiosos foi a nossa casa de oração, de reflexão, de compromisso, de descontração e de festa. Este é o exemplo vivo do que as Conferências querem ser umas com as outras. Este é o momento de expressar também nossa gratidão a quem aceitou formar parte da nova presidência da CLAR. O sim desses irmãos e irmãs não nasce do vazio: provém do sim de Deus diante da criação, do sim de Maria, que traz o Senhor, do eterno sim de Deus que é Jesus, do sim humilde dos apóstolos, do sim de nossos intrépidos Fundadores e Fundadoras; um sim que tem a força de inspirar-nos a percorrer juntos os insondáveis caminhos do Espírito.

Quito, Equador, 22 de junho de 2012.

Tráfico de seres humanos: uma chaga no coração da humanidade

IRMÃ ALICE MARIA DUARTE, ICM*

Assim como a semente precisa ser depositada na escuridão do seio da terra para desabrochar, também este texto nasceu na calada da noite, certamente, devido à complexidade da problemática que é o “Tráfico de Pessoas” envolvendo vítimas inocentes.

“Plante flores hoje, para amanhã sentiremos o exalar dos perfumes.” Com esta frase quero iniciar a reflexão, atendendo à solicitação que me foi feita: escrever sobre o Tráfico de Seres Humanos. Silenciei, estremei, ao pensar sobre o tema, pois uma questão muito me inquieta e faz silenciar profundamente: constatar que existe esta barbárie, esta chaga no coração da humanidade.

Dentro da minha experiência de vida de meio século, neste planeta Terra, cheio de exuberâncias, mas sem respostas satisfatórias para tanto mistério que envolve o ser humano, é inadmissível aceitar que haja essa denominação “Tráfico de Pessoas”. Triste realidade que ocupa, hoje, a terceira maior economia mundial, perdendo somente para o tráfico de armas e drogas. E, se não houver um empenho incansável contra essa prática criminosa, por certo, pode vir a ser a primeira economia mundial, já que se trata de uma arma invisível, potente, silenciosa e tão bem articulada entre os seus membros, que a utilizam como uma fonte bastante rentável.

Foi em 2005 que, entristecida, inquieta e incomodada com essa realidade, me senti impulsionada a fazer algo, lançando uma semente, ainda que pequena, na certeza de contribuir para que, no amanhã, se torne fruto em favor das

* Membro da Rede
Um Grito pela Vida
– CRB/SP.

tantas pessoas vítimas dessa monstruosa violação dos direitos humanos. Respeitar a vida das pessoas implica voltar ao seu princípio existencial – uma vida em liberdade e sem amarras de qualquer vínculo que a torne sinal de morte.

Em 2008, participei de algumas reuniões do Comitê Interinstitucional de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Foi uma experiência ímpar em que obtive informações precisas com embasamentos teóricos e práticas para o meu trabalho como membro efetivo da “Rede Um Grito pela Vida”. Conseguimos alguns avanços importantes, como: encontros de informação e formação de novas lideranças para reforçar a Rede, em outros espaços de missão; encontros de informação e formação para grupos específicos, como escolas católicas e municipais; movimentos sociais e outros espaços abertos para a reflexão com a temática “Tráfico de Pessoas”. Apesar dos avanços alcançados, sabemos que ainda precisamos lançar as redes para águas mais profundas.

A Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria, à qual pertencço e que assumiu essa causa como uma de suas prioridades, promoveu o I Seminário Estadual sobre Tráfico de Seres Humanos, nos dias 4 e 5 de novembro de 2011, em Porto Alegre, RS.

O Pontifício Conselho da Justiça e da Paz promoveu, dia 8 de maio de 2012, uma Conferência Internacional sobre o Tráfico de Pessoas, no Vaticano. Esse evento foi organizado em parceria com o Departamento para as Políticas Migratórias da Conferência Episcopal da Inglaterra e Gales. O objetivo do evento foi iniciar um processo de colaboração entre Igreja, políticas e organizações internacionais para a luta contra esse fenômeno. De acordo com um documento divulgado pelo Pontifício Conselho, as pessoas vítimas do tráfico seriam dois milhões e 400 mil – um mercado que fatura todos os anos 32 bilhões de dólares. Deste número, 79% é exploração com fins sexuais.

Obedecendo a uma determinação do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP) do estado de São Paulo, foram implantados, em 2010, onze Comitês

Interinstitucionais de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CIPETP), instalados em todo o território paulista. Hoje, existem 14 comitês implantados, tendo como objetivo fortalecer as políticas públicas na prevenção e combate a esse crime que coisifica o ser humano, transformando-o em simples objeto negociável. Houve uma presença, ainda que tímida, da Vida Religiosa Consagrada na formação desses comitês.

Por tudo isso, a frase inicial “Plante flores hoje, para amanhã sentireis o exalar dos perfumes” tem um sentido muito profundo. Quer ser um alerta e um convite à participação nesse movimento, um apelo a somar forças com quem já está nessa luta em favor da Vida. Atuar como membro ativo da “Rede Um Grito pela Vida” – CRB regional de São Paulo –, com certeza, é o plantar de uma flor, hoje, nesta imensidão de uma metrópole tão complexa. E a cada nova mão que se estende, somando esforços nesse mutirão em favor da vida, já se pode pressentir o “exalar dos perfumes”: os resultados vão surgindo, os frutos vão sendo colhidos e, aos poucos, os nossos sonhos vão se concretizando. Sonhamos com a erradicação dessa chaga do Tráfico de Pessoas, à medida que mais pessoas entrem nesta rede, assumindo posturas ousadas e proféticas para que não haja mais vítimas inocentes.

O tráfico de pessoas para fins de exploração sexual – trabalho análogo ao de escravo –, transporte de drogas, comércio de órgãos são algumas formas desumanas que se utilizam de meios enganosos para coagir os sujeitos que, vivendo em um contexto desprovido de condições dignas de vida – pobreza, desemprego, fome, falta de moradia – se colocam a caminho, acreditando na possibilidade de um futuro com melhores opções e recursos econômicos, políticos, sociais, culturais. Pessoas que acabam sendo vítimas do tráfico, tendo o seu sonho de vida tolhido pelos agenciadores do crime. A realidade complexa do tráfico de pessoas requer esforços contínuos para combater essa prática desumana e criminosa.

Ter consagrado a vida pela causa do Reino de Deus encontra novo sentido quando nos indignamos ante os sinais

de morte e depositamos nos corações das pessoas vitimadas a esperança de uma nova vida, resgatando-as e incluindo-as, novamente, no seio de suas famílias.

É preciso dar um basta ao Tráfico de Pessoas! Essa chaga não pode mais sangrar nos corações das famílias! É um exercício de cidadania denunciar o Tráfico de Pessoas! Disque Denúncia (100) e Disque Mulher (180). Tráfico de Seres Humanos: um grito, um clamor, um crime.

“Erradicar pela solidariedade na defesa e promoção da vida.”

Ano Jubilar das Irmãs Franciscanas de Cristo Rei

50 anos de presença apostólica no Brasil

IR. LENIR TRESSOLDI

Um pouco de história

Em junho de 1961, o Papa João XXIII lançou um apelo a todas as Congregações Religiosas, pedindo que se abrissem mais às necessidades pastorais do Continente latino-americano, especialmente do Brasil.

Ante o convite, o Instituto mediu as suas forças e na sua pequenez decidiu acolher e aceitar esta nova proposta com o objetivo de: *testemunhar o Reino de Cristo Jesus; servir os mais pobres e humildes; buscar novas vocações.*

Madre Clara Dal Medico, então Superiora-Geral do Instituto, acolheu este *apelo* da Igreja e preparou as Irmãs para a nova missão, que seria entre a população mais empobrecida da América Latina.

Presença no Brasil

Primeiramente Madre Clara entrou em contato com o Bispo Dom Gregório Vamerluig, da Diocese de Joinville – Santa Catarina, que por coincidência se encontrava em Roma naqueles dias participando do Concílio Vaticano II. O caminho estava sendo gestado há muito tempo no coração das Irmãs que, com pensamentos e orações, acompanhavam o desenrolar do processo.

No dia 1º de maio de 1963, Dia do Trabalhador, as Irmãs Franciscanas de Cristo Rei foram recebidas na Igreja de São Pedro pelo Papa João XXIII. Madre Clara, Irmã Serafina e Irmã Carmelita, de joelhos diante do Santo Padre, receberam

então a bênção, e Madre Clara, que bem conhecia o Papa desde quando ele era Protetor do Instituto em Veneza, disse-lhe: “Santo Padre, vamos para o Brasil trabalhar com os filhos dos operários”. E ele respondeu: “Sim, muito bem! Vão trabalhar com os filhos dos operários mais necessitados e levem a minha bênção a todas as famílias, aos operários e às crianças”.

No dia 2 de maio, às 21 horas, juntamente com o Padre Pattarello, as três Irmãs partiram para o Brasil no avião da empresa PanAir. Às duas horas da manhã do dia seguinte o avião pousou em Brasília. Ao descerem em solo brasileiro, parecia que o fogo abrasava as Religiosas, pois era um calor insuportável, e não demorou muito a cair uma chuva torrencial.

O grupo ficou muito feliz de ter chegado e de ter finalmente colocado o pé na Terra de Santa Cruz.

E assim, no dia 3 de maio de 1963, chegaram ao Brasil Irmã Serafina Biasutto e Irmã Carmelita Zamberlan, juntas com a Madre Clara Dal Medico. Dirigiram-se a Joinville, onde as esperava um trabalho de ação social e pastoral junto ao Círculo Operário da Paróquia Sagrado Coração de Jesus. Lá foram acolhidas carinhosamente pelas Irmãs Salvatorianas.

As atividades às quais se dedicaram foram, em primeiro lugar, visitar as famílias da periferia da cidade para conhecer de perto a realidade. Em seguida, reunindo mulheres e jovens, Irmã Carmelita foi orientando e ensinando trabalhos manuais como tricô, crochê, artesanato, e outras atividades. Irmã Serafina, por ser enfermeira, atendia o pessoal na parte da saúde e dedicava-se também à catequese.

Para o nosso conforto espiritual, em outubro, no dia de São Francisco, chegaram outras duas Irmãs, Daniela Flório e Elizabetta Perin.

Assim foi constituída a primeira Comunidade das Irmãs Franciscanas de Cristo Rei no Brasil.

Instituto das Filhas de Maria Auxiliadora celebra 140 anos dedicados à educação

ANA COSENZA*

O Instituto das Filhas de Maria Auxiliadora (FMA – Irmãs Salesianas) completou 140 anos de existência. No Brasil, as FMA estão presentes desde 1892, especialmente em escolas e obras sociais dedicadas à infância e à juventude.

No dia 5 de agosto de 1872, em Mornese, na Itália, 11 jovens pronunciaram o “Sim” a Deus, iniciando assim o Instituto das Filhas de Maria Auxiliadora (FMA), hoje presente em 94 nações. A primeira cerimônia teve a presença do idealizador e fundador do instituto, Dom Bosco, que já há algum tempo queria criar um grupo feminino que pudesse fazer pelas meninas a obra educativa que ele levava avante com os meninos. Em Maria Domingas Mazzarello, que seria a cofundadora, e no primeiro grupo de jovens que se encontra em Mornese, antevê a possibilidade de que o seu sonho possa se realizar.

Na véspera, dia 4, Dom Bosco falara com as jovens, para explicar-lhes o sentido da fundação, ensinar-lhes a ler as respostas e a fórmula dos votos: “Vós agora pertenceis a uma Família religiosa – são algumas das suas palavras – que é toda de Nossa Senhora; sois poucas, desprovidas de meios, não amparadas pela aprovação humana. Nada vos perturbe [...]. O Instituto terá um grande futuro se vos mantiverdes simples, pobres, recatadas [...] pensai com frequência que o vosso Instituto deverá ser o monumento vivo da gratidão de Dom Bosco à Grande Mãe de Deus, invocada sob o título de Auxílio dos Cristãos” (cf. Cronistoria I 305–306).

* Assessora de
Imprensa – Rede
Salesiana de Escolas.
Tel.: (11) 98709-
5357. **E-mail:**
imprensa@rse.org.
br.

As FMA hoje

O Instituto das FMA tem, hoje, 13.653 irmãs (dados de dezembro de 2011), distribuídas em 1.436 comunidades, em 94 nações, nos cinco continentes. Ao longo dos anos persistiu a paixão pela educação das jovens através da formação integral da pessoa, da solidariedade social, com a proposta e o desenvolvimento de atividades de evangelização, formação e prevenção.

Algumas obras do instituto são as escolas (no Brasil, organizadas de forma integrada à Rede Salesiana de Escolas), centros de formação profissional, casas-lares, obras para meninas de rua, associações para o tempo livre, voluntariado, catequese, obras de primeira evangelização, trabalho com indígenas, obras de promoção da mulher, atividades de microcrédito e microeconomia, entre outras.

Em muitas nações, o dia 5 de agosto tornou-se a data em que se pronunciam os primeiros votos temporários ou as profissões perpétuas. Neste ano, houve uma celebração especial em Mornese, onde cinco irmãs fizeram a profissão perpétua com a presença da vigária-geral, Irmã Emilia Musatti, e do Reitor-mor dos salesianos, Padre Pascual Chávez.

FMA no Brasil

Em 1892, em Guaratinguetá-SP, as salesianas irmãs fundaram sua primeira casa no Brasil, o Colégio Nossa Senhora do Carmo. Desde então, vieram dezenas de obras. Atualmente são 9 inspetorias FMA, que em todo o território nacional mantêm paróquias, oratórios, obras sociais e escolas. As escolas do instituto, em especial, integram-se com as unidades dos Salesianos de Dom Bosco na Rede Salesiana de Escolas, que tem mais de 110 colégios, 90 mil alunos e quatro mil educadores em 70 cidades do País.

O que aprender do debate sobre anencefalia numa sociedade plural

MÁRCIO FABRI DOS ANJOS, CSSR*

A gestação de fetos anencéfalos abre um debate ético bastante complexo. O assunto é grave por se tratar das origens do ser humano. Mas sua complexidade se torna ainda maior dentro do pluralismo social vigente. A questão foi levada ao Supremo Tribunal de Justiça. Nesta entrevista buscamos saber o que se pode aprender do ponto de vista ético de um assunto tão complicado.

– A gravidez de fetos anencéfalos abriu uma grande polêmica. De modo geral, como ver esta questão sob o ponto de vista ético?

A ética é uma reflexão pela qual esclarecemos o que assumir e fazer. Como a vida vai sempre mudando, precisamos sempre da ética para refazer os caminhos da dignidade em meio às mudanças. Estas mudanças estão aí, com os avanços científicos de hoje e com a nova condição de pluralismo na sociedade. Em síntese, a gravidez de feto anencéfalo se apresenta hoje com questões sobre qual sua realidade enquanto ser humano; como deve ser tratado; como lidar com as convicções divergentes sobre o tema; como legislar a este respeito na sociedade plural. Assim a anencefalia traz muito bem os múltiplos desafios para se elaborar a reflexão ética em nossos tempos.

– Que explicações científicas sobre anencefalia são significativas para o discernimento ético na gravidez?

A anencefalia é uma má conformação do feto durante a gestação, que pode ser bem diagnosticada a partir da 12ª semana de gestação. A rigor ela significa um ser desprovido

* **Márcio Fabri dos Anjos**

é Sacerdote

Redentorista,

doutor em

Teologia, licenciado em Filosofia;

professor do ITESP e do C. Univ.

São Camilo, São

Paulo. Membro

da ERT/CRB.

Estudo discutido no

Grupo de Pesquisa

Fundamentos

teóricos de Bioética,

pelo CNPq.

do *encéfalo*, que inclui o cérebro, o cerebelo, a ponte de Varólio e o bulbo ou medula oblonga. Mas é raro ela ser total; entende-se então como anencefalia quando existe ausência substancial do cérebro (*parênquima cerebral*). Fetos anencéfalos têm morte precoce após o parto, com poucas variações segundo a deficiência do encéfalo. Estudos atuais afirmam que a anencefalia pode ser prevenida com até 50% de sucesso.

– Porque no Brasil a questão da anencefalia foi parar no Supremo Tribunal Federal? Este assunto já não está previsto nas leis brasileiras?

A Constituição Brasileira de 1988, o Código Civil e o Penal protegem a vida humana como um direito inviolável do indivíduo. O Código Civil declara que todos os direitos são assegurados ao nascituro, desde a concepção; e o Código Penal abre duas exceções em que o aborto praticado por médico não é penalizado: no caso de estupro e quando “não há outro meio de salvar a vida da gestante”. Mas assim mesmo vários juristas falam de um “mutismo constitucional” sobre como exatamente configurar tal respeito à vida em seu início. Este “vazio constitucional” deu lugar à fertilização *in vitro* e ao congelamento de embriões.

– Neste caso, o certo não seria levar a questão ao Legislativo?

De fato, dois juízes do STF se pronunciaram nesta direção. Mas quem (da Confederação dos Trabalhadores da Área da Saúde) levou a questão ao STF conhecia esses meandros constitucionais e jurídicos. Por isso a colocou como uma *interpretação* do Código Penal a respeito da legalidade da “antecipação terapêutica do parto” de fetos anencéfalos. A favor da linha interpretativa está uma aproximação entre a anencefalia e morte encefálica em adultos, sendo esta reconhecida com um critério para definir a morte de uma pessoa. Se o encéfalo é tão central como critério de vida humana, caberia então, de modo geral, interpretar sobre o respeito devido a seres humanos que não têm encéfalo. Mas aqui já entram os vários argumentos sobre o tema, em um debate esquentado pelos bastidores das convicções.

– **O que estaria nesses “bastidores das convicções”?**

Todos precisam de convicções, e há convicções de todos os tipos, com bases diferentes. As convicções religiosas entram principalmente em temas fundamentais como origem da vida e dignidade do ser humano; mas não são as únicas nesta área. No debate da anencefalia se tentou descaracterizar o valor das convicções religiosas alegando a laicidade do Estado. Pode-se compreender a afirmação da *laicidade* enquanto recusa de a sociedade ser governada por uma fé religiosa como ocorre em teocracias. O povo de fato tem religiões diferentes; e as religiões lidam diversamente com os dados da razão científica. O Estado deve governar para este povo plural, que persiste sendo religioso. A *laicidade* do Estado não pode ser então igual a *ateísmo* ou condição antirreligiosa do Estado, mas sim igual a *democracia*. Assim a Constituição Brasileira (1988) visa à boa convivência em *harmonia social, com a solução pacífica das controvérsias*, opõem-se às discriminações e defende o respeito às convicções religiosas. Mas, além disso, as convicções religiosas não são as únicas. Quem estuda a metodologia das ciências reconhece que as ciências não são a única fonte do conhecimento humano; e que os dados científicos também geram convicções. Nos bastidores das convicções há, portanto, uma tensão a ser resolvida entre as religiosas e as científicas, além das doses emocionais que permeiam a ambas. O desafio é reconhecer que todos têm convicções e que a vida em sociedade exige, de todas as partes, uma corajosa disposição de dialogar entre elas. Entre *fé* e *razão* é preciso um diálogo enriquecedor para ambos, como já reconheceu João Paulo II. Mas este diálogo exige que cada uma das partes exponha e discuta seus fundamentos.

– **Os sentimentos e direitos da gestante na anencefalia não seriam um argumento forte, diverso das convicções?**

Pensar o lado da gestante é fundamental, pois a ética é para as pessoas. Na anencefalia, a gestante é envolvida em suas entranhas físicas e morais. Ignorar isto seria de saída uma postura contra a ética. Nossos atos éticos são sempre

sociais, por sua destinação e pelas condições em que nos constituímos sujeitos éticos. Assim, a gestante não pode ser abandonada a si mesma. Nesta lógica, o “grave ônus emocional para a gestante” é antes um argumento em favor do compromisso e apoio solidário a ela, na busca de soluções éticas no caso. O sentimento por si só não gera direitos, pois, caso contrário, perdemos na ética a essencial dimensão *do outro*. O peso das responsabilidades ocorre em diferentes situações da vida e isto não exige *a priori* de assumi-las. Assim, sem demérito para o ônus emocional na anencefalia, este deve ser conjugado com o outro ponto em foco: a responsabilidade pelo novo ser, em condição anencéfala e com previsão de vida extremamente precoce.

– Mas a morte precoce já não seria um argumento convincente?

De fato, no caso da anencefalia se alega que uma vida tão precária e de morte precoce não valeria o peso emocional e fisiológico de uma gravidez levada ao fim. Em outras palavras, seria uma gravidez inútil. Uma visão prospectiva, mesmo que aguçada hoje pela razão instrumental, continua importante para o discernimento ético. O problema é usar isto quando se trata de bens fundamentais de seres humanos. No momento em que a fragilidade fosse critério para destruí-lo, tornam-se ameaçadas todas as pessoas fragilizadas por algum motivo nas relações humanas. Assim, a dignidade e o respeito por sua vida não se medem pela quantidade prevista de sua duração, mas pelo fato primeiro de *ser humano*. O Brasil coloca com clareza esta proteção em suas Constituições e sistemas jurídicos. Novamente aqui o foco pode estar em duas questões que merecem toda a atenção: se o feto anencéfalo é um ser humano vivo; e se especificamente deve ser considerado *pessoa*.

– Neste sentido, o feto anencéfalo não seria uma pessoa natimorta?

O termo *natimorto* não me parece adequado para o feto anencéfalo em gestação, pois no centro da questão ética estão exatamente seus sinais e prognóstico de vida. Este termo talvez

pretenda se referir à *morte encefálica* como critério de morte da *pessoa humana* mesmo que persistam outros sinais de vida. Mas em termos formais, seria mais correto dizer que sem encéfalo a *pessoa humana* simplesmente não se forma. Acho então que o foco central está na questão se fetos anencéfalos são pessoas humanas, ou pelo menos se devem ser assim considerados. Uma questão aguda trazida pela anencefalia para o debate na sociedade plural. Não estamos falando de *meroencefalia*, isto é, quando persistem partes do encéfalo.

– E o que dizer sobre o feto anencéfalo não ser uma pessoa humana?

Esta é uma discussão que ainda precisa de maior aprofundamento. A Igreja Católica de certo modo se antecipa indiretamente nesta reflexão. Em um documento de 1974, admite que a identificação do feto com a pessoa humana possa ser de cunho filosófico e moral; e conta com a hipótese de “uma dúvida concernente ao fato de o fruto da concepção ser já uma pessoa humana”. Diante disto, argumenta com a precaução, isto é, o grave dever moral de evitar “o risco de um homicídio”; e lembra a afirmação de Tertuliano: “É já um homem aquele que o virá a ser”. Aqui o debate se reacende enquanto os avanços científicos estabelecem a relação entre o encéfalo e a própria potencialidade de vida inteligente, uma fundamental característica da pessoa humana. Em outras palavras, se contra-argumenta que o vir a ser de um feto anencéfalo não seria assim o de *pessoa humana*. O feto anencéfalo seria humano, enquanto fruto de geração humana, mas não potencializado a ser pessoa. Esta questão precisa de mais luz.

– Haveria conclusões, mesmo provisórias, que se podem tirar?

A gravidez na anencefalia concentra várias questões complexas, que precisam ser bem estudadas. Situadas no pluralismo social vigente, tornam mais claro o desafio do diálogo das razões diferentes e de seus fundamentos, sem discriminações. Esta é uma condição ética para o debate teórico e para os ordenamentos jurídicos na sociedade plural onde não há consensos.

Nem tudo que reluz é ouro! Os perigos da internet

607

ARTE E CULTURA

PLUTARCO ALMEIDA, SJ*

O ditado popular serve muito bem para ilustrar o que queremos dizer. A verdade é que, à medida que passam os anos (e nós com eles...) cresce a adesão à internet e suas facilidades. Parece que já não se pode mais viver sem essa ferramenta de trabalho. E não só de trabalho, mas também de lazer e diversão de todo tipo. Hoje em dia a internet, para a maior parte das pessoas pelo menos, é tão necessária quanto a energia, a água ou a gasolina. Longe de ser um luxo, uma coisa supérflua, a rede mundial de computadores é uma espécie de pão nosso de cada dia. E a fome desse pão vai crescendo sempre mais e mais. Todo mundo usa, todo mundo tem, e quem não tem deseja ter o mais rápido possível. Instalada em grandes ou pequenas máquinas (celular, por exemplo), ela segue conectando o nosso mundo, que era grande e pouco a pouco está se tornando pequeno, cada vez menor, mais conhecido e mais devassado também.

Entretanto, apesar do grande otimismo que cerca o fenômeno *www* e das imensas e fantásticas possibilidades que se abrem daqui para frente, em termos de uma maior integração entre os seres humanos, precisamos refletir sobre os perigos que a internet e seus aplicativos representam. Sim, por detrás da tela do computador, do celular, do smartphone, do tablet, do Ipad ou coisa semelhante, existem armadilhas muito bem armadas para colher os incautos. E, com certeza, as pessoas mais ou menos ingênuas são as maiores vítimas. Isso inclui, logicamente, os Religiosos e as Religiosas, seja qual for a sua idade. Pensar que não estamos expostos a nenhum tipo de risco ao acessarmos a internet e interagirmos com ela é, de fato, uma ingenuidade sem tamanho!

* Contato para palestras e/ou bate-papo:
Tel. (061) 8165 2905. **E-mail:**
plutarcosj@yahoo.com.br.

Vamos comentar brevemente apenas um caso, o caso *Google*. A cada minuto, nos quatro cantos da terra, milhões de crianças, adolescentes, jovens e adultos, de todas as raças, culturas e religiões, acessam esse site em busca de informações as mais diversas. Ele é chamado, por isso mesmo, de *site de busca*, um *buscador*. Não é o único, mas é o principal e o mais importante. E quem procura acha! Tudo, praticamente tudo o que precisamos em matéria de informação, de conteúdos para um trabalho escolar, uma palestra, um livro fora de circulação, a receita de pratos exóticos, até os detalhes de como foram feitas as pirâmides do Egito, podemos encontrar no *Google*, a um simples toque dos nossos dedos. É como alguém já disse, e parece ser verdade mesmo: *o Google é meu pastor, nada me faltará!*

Fazer pesquisas através desse *buscador* não custa nada, a não ser os gastos com o pagamento da própria internet e da energia. Mas na verdade, essa gratuidade é ilusória, servindo de isca para atrair as pessoas. O *Google* fatura bilhões com a venda de publicidade e o aluguel dos seus espaços. Os sites, portais e blogs entram como parceiros recebendo muito pouco dinheiro por isso. Cada vez que uma empresa, uma instituição ou uma pessoa individual disponibiliza as suas informações no *Google*, a empresa toma posse dessas informações. E todos nós sabemos muito bem que informação é sinônimo de PODER. Não é à toa, aliás, que a grande imprensa é chamada de *o quarto poder*, justamente porque detém as informações. Muitos governos já foram derrubados graças ao poder da mídia (lembrem-se do escândalo Collor de Melo?). A pergunta principal, então, é esta: o que irão fazer os donos do *Google* com este poder nas mãos?

Muito bem. Em julho deste ano foi lançado em São Paulo, pela Editora Matrix, o livro de um pesquisador norte-americano chamado Scott Cleland com um título bastante sugestivo e esclarecedor ao mesmo tempo: *Busque e destrua: por que você não pode confiar no Google Inc.* O livro acusa a empresa Google de não obedecer aos mais elementares padrões éticos, como o respeito à intimidade das pessoas, à propriedade intelectual e à honestidade das informações.

De acordo com o autor, em 2011, a empresa pagou multa no valor de US\$ 500 milhões por ter anunciado de forma deliberada e consciente, por sete anos, as importações de um medicamento controlado ilegal e inseguro, segundo as leis norte-americanas. Ainda conforme Scott, essa corporação gigantesca assusta porque nunca existiu empresa tão grande e tão poderosa quanto esse *Big Brother*, ou *Grande Irmão* (personagem criada pelo escritor George Orwell, em seu livro intitulado *1984*).

Talvez alguém esteja pensando que estamos fazendo ecoar o conteúdo desse livro com o objetivo de assustar os leitores e as leitoras da *Convergência*. Outras pessoas diriam simplesmente: “Nossa Senhora, mas que forma pessimista de encarar os novos tempos! Vamos perder o medo e assumir as novidades! Tudo é tão maravilhoso! Hoje em dia ficou tão mais fácil de viver! O nosso colégio, a nossa paróquia, a nossa obra faz uso de todas as ferramentas tecnológicas e não vemos nada de errado nisso, pelo contrário! Somos Religiosos/as modernos/as, afinal!”.

Perdão, mas não se trata disso. A mensagem de Scott Cleland não é nenhum manifesto terrorista contra as novas tecnologias da comunicação e da informação. Ele também não é um desses americanos paranoicos que fogem da internet como o diabo foge da cruz... Trata-se de um pesquisador sério e competente no que faz. Inclusive, no final do livro, Scott traz um apêndice com a relação de 726 documentos, artigos e pesquisas sobre o *Google*, seus processos e conflitos. Aliás, como especialista nos riscos da internet e das redes sociais, o autor já testemunhou três vezes perante o Congresso americano. Dificilmente alguém seria convidado a comparecer ao Congresso para falar asneiras, convenhamos.

No decorrer do seu livro, Scott lembra que não se está propondo a destruição do *Google*, até porque o mundo hoje depende dele. Graças a esse *buscador* as informações circulam, agora, pelo planeta numa quantidade e numa velocidade que superam nossa imaginação, e isto certamente tem trazido benefícios incalculáveis à humanidade. Por esse motivo, é essencial que a empresa corrija seus vícios e maus procedimentos. Por outro lado, fiscalizar, corrigir e punir são

tarefas que cabem, prioritariamente, à Justiça, ao Ministério Público, aos governos e a todas as entidades responsáveis, afinal de contas, pela proteção dos direitos fundamentais dos cidadãos e cidadãs. Dentre esses direitos estão certamente o direito à privacidade e à honra do seu nome, do nome da sua família, ou da instituição a que pertence.

Citamos o caso *Google*, com base no livro do Professor Scott Cleland, apenas como exemplo. Mas outros perigos existem, e não são poucos, na rede mundial; perigos aos quais a Vida Religiosa está sujeita, por que não? Achar que tudo é lindo e maravilhoso nas *Redes Sociais*, outro exemplo bastante comum, é correto? Há Religiosos e Religiosas por aí que não desgrudam do *Facebook*, do *Orkut* e do *Twitter*. Diariamente colocam (*postam...*) fotos, vídeos, comentários, textos e recadinhos os mais variados para os seus *seguidores*. Até propaganda vocacional já se faz através das redes. Porém, de vez em quando ocorre algum vazamento e coisas, digamos assim, não muito santas nem edificantes vão parar na rede mundial. Infelizmente, aqui e acolá, nas casas de formação, nos mosteiros, nos conventos e demais Comunidades Religiosas, na hora em que ninguém espera estoura uma bomba: a Irmã A, o Irmão B, o Frei C, o Padre X *postou* algo proibido... e *caiu na rede*, ou seja, os seus podres foram expostos definitivamente ao conhecimento público. É nesse momento dramático que a gente percebe a atualidade da Palavra de Jesus: “Não há nada secreto que um dia não apareça, nada oculto que não deva ser conhecido e vir à plena luz” (Lc 8,17).

O que fazer então? Fugir do mundo, como se pensava antigamente na VRC? Claro que não! Muito pelo contrário, o/a Religioso/a é chamado a mergulhar de cabeça neste mundo de tantas contradições e perigos, mas também de belas oportunidades para a construção do Reino. Mas, por outro lado, como diziam nossas avós, *prudência e caldo de galinha não fazem mal a ninguém!* Portanto, tenhamos mais cuidado e prudência ao acessar a internet e suas ferramentas. Cuidado e prudência ao escolhermos amizades, sobretudo de pessoas sobre as quais temos poucas ou nenhuma referência. Cuidado e prudência na hora de postar comentários, por mais simples

que sejam, sobre religião ou qualquer outro assunto. Cuidado e prudência ao postar nas redes sociais fotos e vídeos, mesmo que se trate de materiais da nossa Congregação ou Instituto Religioso. Tenhamos em mente que tudo, absolutamente tudo o que *cai na rede* pode ser usado em nosso favor e em favor da Vida Religiosa e da consagração que abraçamos, mas também pode ser utilizado contra nós. Depende do que colocamos, como colocamos e para que colocamos.

Na internet não existe nenhum traço de inocência, disto se pode ter certeza! Vamos parar de pensar que tudo o que acessamos e/ou postamos no mundo virtual é algo privado ou restrito apenas ao nosso círculo de amizades (ou *seguidores/as*). Por mais confidencial que seja o nosso fluxo de informações ou por mais fechado que seja este nosso círculo, nada nos garante que algo não possa fugir do controle. Na internet não existem segredos invioláveis, diga-se de passagem. Prova disso são as invasões que ocorrem até nos sites mais seguros do mundo, como os do governo norte-americano. Portanto, é muito grande a responsabilidade que temos diante das telas nossas de cada dia! Ou seja, ir com fome exagerada em busca do *pão virtual* pode acabar em congestão...

Finalizando esta pequena reflexão, queremos reforçar aquelas sugestões que temos insistentemente colocado em textos anteriores da *Revista Convergência*:

- ✓ Reúna a sua Comunidade Religiosa um dia desses para discutir o tema proposto.
- ✓ Que o/a Coordenador/a promova, facilite, dinamize o diálogo franco, honesto, maduro com os/as seus/as irmãos/ãs.

Estamos convencidos de uma coisa: se a VRC não conseguir dialogar ou mesmo se quiser postergar o diálogo sobre este assunto, ignorando a sua importância ou achando que está tudo bem, além dos escândalos que ainda irão aparecer, com graves prejuízos ao testemunho evangélico que devemos dar ao mundo, as belas oportunidades que a internet nos oferece serão desperdiçadas.

Abrir portas não costumeiras: vocação e proposta de Clara de Assis

DELIR BRUNELLI, CICAFA*

A Vida Religiosa encontra-se hoje numa fronteira, e somente a travessia lhe garantir  fidelidade às origens e existência futura. Se escolher o espaço já conhecido e o modelo já comprovado, poderá conseguir maior segurança no presente, mas terá seu futuro comprometido. Se for destemida o suficiente para atravessar a fronteira e assumir a insegurança de um espaço desconhecido e de um modelo talvez apenas ensaiado, então poderá ter a boa surpresa de ver surgir algum broto novo no tronco já quase seco.

Esta mesma situação foi experimentada pela VRC em outros momentos da história, e não faltaram homens e mulheres que souberam fazer a travessia, sensíveis aos sinais dos tempos e guiados pela a o do Espírito. Foi assim nos séculos XII-XIII, quando a Igreja foi revigorada por um amplo movimento religioso laical e dele surgiram as Ordens Mendicantes.

Clara de Assis viveu nesse contexto inquieto e fecundo. Seu tempo é a primeira metade do século XIII, quando o movimento religioso atinge sua maturidade.   também o momento áureo da participação feminina. As comunidades se multiplicam e buscam aprovação eclesial, aproveitando a política mais aberta inaugurada por Inocêncio III e continuada por alguns de seus sucessores.

A trajetória de Clara de Assis é rica em lições para o momento atual. Este artigo pretende destacar alguns aspectos que mostram a coragem e a capacidade de Clara para abrir *portas não costumeiras* e encontrar saídas *não habituais*.

* **Delir Brunelli**
  religiosa da
Congregação das
Irmãs Catequistas
Franciscanas e
participa da Equipe
de Reflexão
Teológica da
CRB Nacional.
**Endereço da
autora:** Rua
Acad mico Nilo
Marchi, 118, Cx.
Postal 307, CEP
89160-000, Rio do
Sul-SC. **E-mail:**
delirbrunelli@
gmail.com.

Ruptura com os privilégios da nobreza

A vocação de Clara nasceu de um processo de busca bem cultivado. A família levava uma vida cristã exemplar, segundo os critérios da época. Apoiava a Igreja em suas ações e participava dos atos litúrgicos. A mãe Hortolana socorria os pobres e fazia longas peregrinações. Também Clara “estendia a mão com prazer para os pobres” (LSC 3).

Seguindo a tradição, a família se empenhava em consolidar alianças e queria casar Clara “segundo a sua nobreza, magnificamente, com homens grandes e poderosos” (PC 19,2). Mas a jovem tinha outros projetos. Já conhecia o movimento dos Penitentes e, “ao ouvir que Francisco tinha escolhido o caminho da pobreza, propôs em seu coração também ela fazer a mesma coisa” (PC 20,6).

Para levar a termo seu propósito, ao completar 18 anos, Clara resolveu sair de casa e juntar-se ao grupo de Francisco. Era o Domingo de Ramos de 1212. Temendo que a família a impedisse, não saiu pela *porta habitual*, mas abriu com as próprias mãos *uma porta não costumeira*, fechada com pesados troncos e pedras (LSC 7; PC 13,1). Esse fato tem um profundo sentido simbólico. O que essa jovem estava fazendo era algo novo na Igreja, e não habitual entre as mulheres da nobreza.

Em princípio, o aspecto *não costumeiro* mais evidente é a ruptura com a classe social da nobreza e com seus privilégios, para viver a condição dos pobres, sem propriedades e sem os direitos de cidadania previstos na recente organização comunal. Mas à medida que Clara e suas irmãs vão tornando concreta esta opção, outros aspectos se tornam relevantes e dão corpo ao projeto de vida da nova comunidade.

São Damião como alternativa

Até chegar a estabelecer-se junto à Igreja de São Damião, o caminho de Clara foi cheio de obstáculos. Na noite da fuga, após a celebração de acolhida em Santa Maria dos Anjos, Francisco a levou para o mosteiro beneditino de São Paulo das Abadessas, onde a jovem foi recebida como serva,

pois já tinha vendido seu dote e distribuído o resultado aos pobres. A família sentiu-se humilhada e reagiu com violência. Queria tirá-la à força daquela “baixeza, indigna de sua linhagem e sem precedentes na região” (LSC 8-9).

Do antigo e rico mosteiro de São Paulo, Clara passou para Santo Ângelo de Panzo, uma comunidade recente, no estilo das Beguinas. Ali acolheu sua irmã Catarina (conhecida depois como Inês) e as duas enfrentaram a segunda investida da família, mais violenta do que a primeira. Só então surgiu a possibilidade de iniciar uma nova comunidade junto à igreja de São Damião, que Francisco havia reformado.

Analisando as fontes, não restam dúvidas do desejo de Clara: ela queria participar do mesmo projeto de vida de Francisco. Mas não era tão simples assim. Depois de enfrentar a família, havia outras dificuldades. A Igreja não aprovava grupos mistos e não admitia que as mulheres assumissem uma vida apostólica itinerante. Clara e as primeiras irmãs precisaram encontrar saídas nesse contexto, e provar a Francisco que também as mulheres eram capazes de viver a pobreza evangélica, do jeito radical como os Penitentes de Assis estavam vivendo. É isso que ela diz mais tarde, recordando com certo orgulho a vitória conquistada (RSC 6,2-5; TestC 27-29).

São Damião tinha um significado profundo para o movimento dos Penitentes de Assis. Naquela igreja de ruínas, fora dos muros da cidade, Francisco havia recebido uma missão grandiosa: “vai e restaura minha casa!” (2Cel 10,4). Num primeiro momento, o alvo foi a casa de pedra, mas logo Francisco entendeu que o apelo era muito maior: a casa eclesial e aquela de toda a família humana também precisavam ser *restauradas*.

Para compartilhar essa missão, dentro do que era possível às mulheres da época, Clara precisou de muita audácia e persistência. Quando sentiu que seu sonho estava ameaçado, abriu outras portas, teceu outros caminhos, escreveu a história com novas cores.

Um privilégio ao avesso

O IV Concílio Lateranense (1215) proibiu a aprovação de novas Regras. Por isso, a comunidade de São Damião foi obrigada a assumir a Regra beneditina (PC 1,6). Pelo menos um ponto dessa Regra não podia ser aceito, pois desfigurava o projeto inicial: aquele que previa a posse de bens para o sustento do mosteiro. Então Clara encontrou um caminho inusitado: foi ao Papa Inocêncio III e pediu o *privilégio* de não ter propriedades. O papa manifestou surpresa, “disse que jamais tal privilégio tinha sido pedido à Sé apostólica. E para corresponder ao insólito pedido com insólito favor, redigiu de próprio punho, com muito gosto, o primeiro rascunho do pretendido privilégio” (LSC 14). Nessa ocasião, Clara não contava mais que 22 anos de idade!

Foi grande a luta para manter o *Privilégio da Pobreza* e conseguir uma nova bula a cada troca de papa. Em várias ocasiões, Clara necessitou de muita firmeza. As maiores pressões foram do Cardeal Hugolino – depois Papa Gregório IX –, que assumiu a tarefa de acompanhar e unificar o movimento religioso feminino, e zelosamente insistia para que todas as comunidades tivessem algum bem rentável. Era a maneira como a Igreja acreditava proteger as mulheres.

Ao visitar Clara, por ocasião da canonização de Francisco (1228), Gregório IX deu a investida final. Assim narra a Legenda: “O senhor Papa Gregório [...] amava com especial afeto paterno a nossa santa. Quando tentou convencê-la a aceitar algumas propriedades que oferecia com liberalidade pelas circunstâncias e perigos dos tempos, ela resistiu com ânimo fortíssimo e não concordou, absolutamente. Respondeu o papa: ‘Se temes pelo voto, nós te desligamos do voto’. Mas ela disse: ‘Pai santo, por preço algum quero ser dispensada de seguir Cristo para sempre’” (LSC 14). Logo depois, Gregório IX renovou para a comunidade de São Damião o “Privilégio da Pobreza”.

Crítérios não econômicos

Em São Damião, a pobreza era bem concreta, sem idealizações. Casa simples, vestes rústicas, alimentos apenas suficientes. As Damianitas buscavam o sustento no *trabalho com as próprias mãos*: cultivavam a horta, fiavam, teciam, costuravam. Mas não seguiam os critérios econômicos da época, não vendiam nem acumulavam o fruto do trabalho. A horta era só para o consumo das irmãs. O fruto da fiação, tecelagem e costura era partilhado com igrejas pobres e com pessoas necessitadas. À semelhança de outros grupos de Beguinhas, as Damianitas tinham condições de produzir para o próprio uso e também para vender. Mas preferiam doar com generosidade e completar com esmolas o próprio sustento.

Clara e suas irmãs não seguiam o *costumeiro* nas relações de trabalho. Não eram as servas da sociedade feudal, nem as operárias da nascente indústria. Possuíam os instrumentos de trabalho, mas ninguém fazia o papel do patrão. Todas trabalhavam, inclusive a abadessa. O sistema era democrático: decidiam em capítulo o trabalho que competia a cada uma.

Nos escritos clarianos não aparece a visão do trabalho como duro fardo e ocasião de penitência, ou como algo profano. O trabalho é graça e ocasião para restituir a Deus o que lhe pertence, e deve ser feito *com fidelidade e devoção*. A fidelidade indica o compromisso e o senso de responsabilidade com que o trabalho deve ser assumido. A devoção indica o espírito, as motivações que o envolvem. Não é necessário acompanhar o trabalho com a oração para que seja santificado. Ele mesmo expressa e realiza a solidariedade com os pobres e a comunhão com Deus. É isso que Clara procura viver e propõe às suas irmãs (RSC 7,1-3).

A irmandade como programa de vida

O nome *Irmãs Pobres*, dado por Clara à sua comunidade, revela o programa de vida e a originalidade do grupo. Não só em relação à pobreza, mas também na vivência da

irmandade São Damião se revela uma comunidade original. Todas são igualmente irmãs, sem distinção de classe social, idade ou serviço assumido. O amor deve ser bem concreto, demonstrado com atitudes e obras (TestC 59-60; RSC 10,6-7). Pede-se atenção especial às doentes, frágeis e aflitas (RSC 3, 10; 4,11-12; 8,12-14).

Mas Clara sabia que não bastavam exortações e bons propósitos para construir irmandade. Por isso, organizou de forma democrática a convivência: estabeleceu o capítulo semanal, onde eram tomadas as principais decisões; criou o conselho das discretas – uma novidade na época – para que a abadessa não governasse sozinha; prescreveu a participação de todas na eleição para os diferentes serviços (RSC 4,15-18.22-24).

Comparando a Regra de Clara com as regras curiais da época, percebe-se em Clara muito mais flexibilidade. Diante de uma necessidade manifesta, de um motivo justo e razoável, as irmãs podem agir de maneira diferente do que foi prescrito, pois a caridade está sempre acima da lei. Clara confia na maturidade das irmãs e as convoca à responsabilidade e ao discernimento.

A vivência da pobreza também é fundamental para tecer irmandade. A posse de bens cria barreiras entre as pessoas, e o amor egoísta às coisas temporais faz perder o fruto da caridade. Nas muitas lutas que o seguimento de Jesus exige, afirma Clara, quem está despido leva vantagem, pois “vai mais depressa ao chão quem tem onde ser agarrado” (1In 25-27).

Clara entende o ministério da autoridade como um serviço evangélico, que não está acima do ser irmã. Por isso, nunca usa para si o título de abadessa. *Aquela que está a serviço das irmãs* deve ser misericordiosa e providente, inspirando confiança e convencendo mais pelo amor do que pela imposição. As irmãs, por sua vez, precisam entender as dificuldades desse ofício, procurando torná-lo mais leve por uma boa convivência (TestC 61-70).

Ao enfatizar a igualdade entre as irmãs e organizar, de forma democrática, a vida comunitária, as Damianitas

tornam-se profecia para a Igreja e para a vida monástica, onde se continuava a pensar que as classes sociais e a rígida ordem hierárquica constituíam vontade de Deus. A comunidade eclesial, nascida sob o signo da fraternidade-irmandade (At 2,42-47; 4,32-35), renascia com aquele grupo de mulheres que se colocava entre os menores, assumindo a atitude de quem serve.

O desafio da irmandade entre homens e mulheres

Entre Clara e Francisco, entre as *Irmãs Pobres* e os *Frades Menores* também se estabeleceram rela es de irmandade, mas foram tecidas passo a passo, enfrentando as dificuldades comuns a todo relacionamento humano e também aquelas decorrentes do contexto da época, nada favorável a uma rela o igualitária entre homens e mulheres.

É comum imaginar de maneira romântica e idealizada a rela o entre Clara e Francisco. Uma rela o sempre harmoniosa, isenta de divergências e conflitos. Mas as fontes deixam claro que as dificuldades foram inúmeras, causando sofrimento e exigindo persistência.

Depois que Clara e suas irmãs conseguiram provar que também eram capazes de viver a pobreza evangélica, na forma dos Penitentes (TestC 27-29), Francisco escreveu para elas uma breve Forma de Vida. Mas, logo depois, foram obrigadas a assumir a Regra beneditina. Em seguida, tiveram início os contatos com o cardeal Hugolino, empenhado em unir numa só Ordem os novos grupos religiosos de mulheres, ignorando as características particulares de cada um. O quadro se completou com a nomea o de um visitador cisterciense para São Damião.

As Damianitas conseguiram manter a originalidade do grupo graças à consciência lúcida de Clara sobre a op o assumida, ao suporte dado pelo Privilégio da Pobreza e pela Forma de Vida escrita por Francisco, e também aos contatos assíduos com os Frades Menores. Mas não conseguiram evitar a crise que envolveu os dois grupos no início da década de 1220.

Naquele momento era intensa a pressão eclesial para que as Ordens masculinas garantissem o acompanhamento das comunidades femininas, que se multiplicavam sempre mais. Francisco resistia a essa pressão, pois não queria que seus frades assumissem cargos, nem se ocupassem com tarefas alheias à missão da Ordem. Havia também o receio de uma *familiaridade* prejudicial aos frades e às irmãs. Então, *para dar o exemplo*, ele mesmo se afastou de São Damião. E escreveu na Regra que os irmãos só podiam visitar mosteiros femininos com licença da Sé Apostólica (RB 11).

Certamente Clara procurou entender as razões de Francisco, pois ambos eram frutos da mesma cultura. Mas isso não diminuiu seu sofrimento, nem impediu que buscasse saídas, para garantir o pão das esmolas e o pão da Palavra que as irmãs recebiam dos frades, e também a continuidade de um projeto assumido em comum.

Nos últimos anos de vida, Francisco demonstrou um carinho especial por Clara e suas irmãs. Renovou o compromisso de fraterna assistência, assumido desde o início em seu nome e também em nome da Ordem, reconhecendo que um mesmo espírito havia unido os dois grupos (2Cel 204). Não podendo visitar as Damianitas, devido à doença, enviou-lhes vários escritos e compôs para elas um belo hino. Nessa ocasião, também Clara já se encontrava enferma.

Depois de morte de Francisco, o relacionamento entre os dois grupos continuou a ser debatido. Em 1230, a questão foi submetida ao papa. Os frades queriam saber se a prescrição da Regra que proibia a entrada dos frades em mosteiros femininos devia ser aplicada também a São Damião. Gregório IX deu resposta afirmativa. Não se sabe como reagiram os frades da primeira hora, testemunhas da gestação do movimento e do compromisso assumido por Francisco em relação às Damianitas. Sabe-se, no entanto, como reagiu Clara: dispensou também os frades que pediam esmolas para o mosteiro!

Com esta *greve de fome* ela defendia muito mais do que o alimento espiritual que as Damianitas recebiam dos frades. Defendia a continuidade de um relacionamento considerado

essencial ao projeto de vida, buscado com vontade firme e amadurecido em meio a inúmeras dificuldades. Não podia ceder, como não cedeu em relação à pobreza. E novamente conseguiu seu intento. Diz a Legenda: “Quando soube disso, o Papa Gregório deixou imediatamente a proibição nas mãos do ministro geral” (LSC 37).

A primeira Regra escrita por uma mulher

Em 1247, Inocêncio IV escreveu uma nova Regra¹ para as comunidades femininas, agrupadas sob o nome de “Ordem de São Damião”, e passou essas comunidades para a jurisdição dos Frades Menores. Isso era desejado por Clara. Mas a nova Regra dava aos Frades poder de governo sobre as Irmãs. Como aceitar essa dependência, depois de uma longa trajetória de autonomia, respeitada e mesmo defendida também por Francisco?

Certamente Clara já havia pensado, muitas vezes, na possibilidade de ela mesma escrever uma Regra para São Damião. Como já estivesse gravemente doente, percebeu que não poderia adiar, mais uma vez, esse momento. Encheu-se de coragem e levou a termo seu propósito. Redigiu o texto na forma exigida pela Igreja da época, mas com sabedoria e perspicácia incluiu nele tudo o que garantia a fidelidade ao projeto original.

De maneira muito diplomática, mas com a precisão de quem sabe exatamente o que deseja, Clara fala do vínculo que deve unir as duas Ordens. Trata-se de uma ligação no nível da irmandade, destinada a manter o mesmo espírito, a sustentar a vivência do mesmo projeto, mas cada grupo conservando autonomia para tomar decisões e conduzir seu próprio destino.

A bula de aprovação da Regra, assinada por Inocêncio IV, no dia 9 de agosto de 1253, chegou às mãos de Clara na véspera de sua morte. Era o fruto maduro de uma semente plantada em terra boa e cultivada com fidelidade, mesmo em condições desfavoráveis. Era a primeira Regra escrita por uma mulher e aprovada pela Igreja!

1. Devido à proibição do IV Concílio de Latrão, as Regras curiais desse período e também a Regra de Clara de Assis são chamadas de “Forma de Vida”.

Observações finais

Clara começou e terminou sua trajetória no movimento iniciado por Francisco, abrindo *portas não costumeiras*, trilhando caminhos ainda não percorridos. O que lhe deu esta possibilidade?

Um dos segredos, sem dúvida, foi a firmeza da opção inicial, em resposta ao chamado para seguir Jesus Cristo pobre e crucificado, o *Filho de Deus* que “se fez para nós Caminho” (TestC 5). Clara nunca perdeu de vista esse *ponto de partida*, e para ser fiel não hesitou em resistir e arriscar. Não havia um caminho traçado, um planejamento com estratégias definidas. Havia, sim, a paixão por uma causa, o que fazia Clara seguir adiante *com passo ligeiro e pé seguro*, sem recolher a poeira do caminho (2In 11-12). Havia a força da convivência com irmãs e irmãos, que compartilhavam o mesmo projeto de vida. Havia a escuta grupal do Espírito, que falava na inquietude do contexto socioeclesial e provocava a recriar a vida cristã.

Siglas

1In – Primeira Carta de Santa Clara a Inês de Praga

2In – Segunda Carta de Santa Clara a Inês de Praga

2Cel – Tomás de Celano, Segunda Vida de São Francisco

LSC – Legenda de Santa Clara

PC – Processo de Canonização de Santa Clara

RB – Regra Bulada de São Francisco

RSC – Regra de Santa Clara

TestC – Testamento de Santa Clara

Questões para ajudar a leitura individual ou o debate em comunidade

1. Para Santa Clara, a pobreza era bem concreta, sem idealizações. Casa simples, vestes rústicas, alimentos apenas suficientes... Quais são as concepções de pobreza evangélica que a VRC tem hoje em dia?
2. Clara sabia que não bastavam exortações e bons propósitos para construir irmandade. Por isso, organizou de forma democrática a convivência. O que podemos fazer para que em nossas comunidades as decisões sejam tomadas desse mesmo modo?
3. Neste momento da VRC, quais as lições que se pode aprender do testemunho de Clara de Assis?

Vida Religiosa e sociedade moderna: desde a *Gaudium et Spes*

623

BÁRBARA P. BUCKER, MC*

As primeiras palavras da *Gaudium et Spes* (GS) vinculam as alegrias e tristezas do mundo e da Igreja *no fato comum da existência humana*. Partilhamos com toda a humanidade as perguntas fundamentais: Quem sou eu? Para qual finalidade me foi dada esta vida? Como viver em sociedade? Qual é o sentido de toda a História? A primeira parte da GS procura as respostas desde a fé. Será aí também onde procurarei a contribuição da Vida Religiosa, que paradoxalmente foi entendida em seus inícios como “*fuga mundi*”. Nesta reflexão afirmo o contrário: a *inserção no mundo* com um estilo de vida que seja oferta de sentido para a existência humana.

Aqui, considero só a primeira parte da GS, que apresenta a existência humana na individualidade pessoal (GS 12–22); nas relações sociais (23–32); e como tarefa histórica (33–39). A partir daí, esclarece-se a “função da Igreja no mundo de hoje” (40–45). Não entro na segunda parte da GS dedicada a problemas específicos.

O dom da vida pessoal diante do mistério da morte

Todos nós, seres humanos, passamos pelas mesmas etapas de vida, desde nosso nascer até o morrer. O nascimento e a morte são eventos únicos de cada vida humana que transcorre no espaço e tempo que nos foi dado e que partilhamos com outros.

O ser humano se experimenta como matéria e espírito. Ocupa um lugar no espaço que ninguém mais pode ocupar, um *aqui* próprio, diferente dos muitos *ais* das pessoas que o

* **Bárbara P. Bucker** é religiosa da Congregação das Irmãs Mercedárias da Caridade, professora de teologia da PUC do Rio de Janeiro e membro da ERT – Equipe de Reflexão Teológica da CRB Nacional.
Endereço da autora: Rua Maria Joaquina, 544, CEP 21520-280, Pavuna, Rio de Janeiro-RJ. E-mail: bbucker@openlink.com.br.

rodeiam. O ser infinito de Deus é o Outro ser presente no *aqui* de cada pessoa. Por isso, a dignidade de cada pessoa radica em se fazer e ser *interlocutor com Deus*. O Documento da GS afirma:

A consciência é o núcleo secretíssimo e o sacrário do “ser humano” onde está sozinho com Deus e onde ressoa sua voz. Pela consciência se descobre de modo admirável aquela lei que se cumpre no amor de Deus e do próximo. Pela fidelidade à consciência, os cristãos se unem aos outros homens na busca da verdade e na solução justa de inúmeros problemas morais que se apresentam tanto na vida individual quanto social (GS 16).

Pode acontecer *que a consciência erre, por ignorância invencível, sem perder, no entanto, sua dignidade*. Deus julga cada consciência com profundo conhecimento dela.

Para todo ser humano o fato inexorável da morte parece romper com o sentido da vida. A procura do bem realizado de forma consciente e livre parece esgotar o sentido último, se esse bem é caduco. O dinamismo que move o coração humano parece superdimensionado, se acaba em bens efêmeros.

Por esta razão a Igreja encontra a perfeita resposta ao dinamismo de cada ser pessoal na pessoa de Jesus Cristo, em sua morte e ressurreição. O caráter individual do existir humano foi também apropriado pela natureza humana do Filho de Deus. A certeza da ressurreição transmitida pelos seus discípulos abre para a humanidade uma compreensão de sentido que não acaba com a morte.

A primeira das contribuições fundamentais que a Vida Religiosa oferece à sociedade é a experiência do valor da própria pessoa. Só porque cada ser humano está chamado a viver sua humanidade como um *ego*, nos encontramos como pessoas que decidem sobre nós mesmas. Todos os outros seres humanos nos oferecem a vida como eles a compreendem. Podemos aceitar ou não essas *propostas* e configurar segundo elas nossa própria vida.

O que diz a VRC ao tema da GS? Sublinha o conhecimento e a liberdade de uma pessoa que escolhe um projeto de

vida de forma radical. A opção pela Vida Religiosa faz de cada pessoa um ser que se engaja por completo e sente-se responsável diante de Deus, de quem vem o convite ao seguimento.

A vocação é experimentada como um compromisso entre a pessoa e Deus num “aqui e agora” que só tem lugar em um momento da vida, mas que carrega dentro de si toda uma existência. A vida mesma de cada Religioso ou Religiosa vai ser manifestação da chamada divina e da resposta humana, como evento em um lugar e tempo, desde o qual todos os lugares e tempos estão *consagrados* pela mesma e única pessoa.

Se o *aqui e agora* são a mais radical propriedade de um ser humano, e isto acontece sempre na presença de Deus, a Vida Religiosa serve de memória para uma *sacralidade* da consciência que *diante* de Deus assume uma decisão permanente, e que a GS 16 tem descrito de forma adequada.

É próprio de cada ser pessoal ter consciência de um aqui e agora que ninguém mais pode ocupar. O *aqui*, como experiência do meu corpo, delimita a esfera de minha presença e exclui qualquer outro corpo. Meu *agora* delimita também as vivências do meu psiquismo, com raízes no passado e projeções no futuro. Só Deus fica comigo no meu aqui e agora, e só entre Ele e eu é vivida minha própria vida.

Deus me conhece por dentro como ninguém e julga minha vida com todas as minhas circunstâncias. Quando cada ego vive deste modo, a presença do divino se experimenta sempre como um fim e nunca como meio. A pessoa torna-se não manipulável, mas liberta de todas as pressões que vem dos “aís” dos outros.

A presença de Deus na intimidade de nossa consciência exige uma formação sólida da liberdade e responsabilidade. A contribuição da VRC nas alegrias e tristezas de nosso tempo é mostrar como essas experiências humanas são vividas *diante* Deus. Os mestres da espiritualidade nos lembram de que Deus contempla o mundo com o bem e

o mal, mas reage não com a punição, mas com o Amor Redentor: *façamos a redenção da humanidade* e se propõe de imediato o encontro do Anjo com Maria que acaba com a sua opção de adesão radical: *eis a serva do Senhor, faça-se a sua palavra*. A Vida Religiosa toda inteira é apresentada como uma *colaboração* no projeto divino da Redenção, como uma opção radical de cada vida humana para que a maldade seja vencida pela Bondade Redentora. A Vida Religiosa quer estar como Maria, pronta para agir no mundo, vencendo a maldade pela força divina da Bondade de Deus.

Do singular de cada pessoa ao comunitário da sociedade

A tarefa comum que o mundo e a Igreja descobrem pela convivência de muitos seres humanos permite compreender o porquê dos gozos e sofrimentos do mundo e da Igreja que unificam o sentido da vida. Não chegamos a valorizar a dignidade de cada ser humano, se não chegamos a descobrir nele a Imagem e Semelhança do Criador.

O Novo Testamento explica assim a semelhança pela paternidade de Deus. A Criação da humanidade (no sexto dia, à tarde, segundo Gênesis), à diferença do resto da Criação, é traduzida pelo Novo Testamento em termos de paternidade universal. Mantém-se a verdade do monoteísmo, porém sublinha-se a origem da vida humana em termos de processo de paternidade e filiação.

A beleza da vocação humana, de ter como origem o Criador, adquire um sabor familiar que une intimamente o fato de cada filho e filha com a simultaneidade de relações entre irmãos e irmãs. Cada um e cada uma dos filhos e filhas é um *ego* único num *aqui e agora* que só é participado por Deus; mas, por outra parte, todos os filhos e filhas só têm uma origem comum, a mesma e única paternidade-maternidade do Criador.

Na GS 24 encontramos de forma belíssima a vocação singular e plural do ser humano; singular, porque é um *ego* no *aqui e agora* único e irrepitível. Mas, ao mesmo tempo,

plural, porque todos os seres humanos têm a mesma origem na pluralidade universal. Quando o Senhor Jesus reza ao Pai para “que todos sejam um, como tu, Pai, está em mim, e eu em ti” (Jo 17,21-22), abre perspectivas inacessíveis à razão humana, sugere alguma semelhança entre a união das pessoas divinas e a união dos filhos/as de Deus, na verdade e na caridade. Essa semelhança manifesta que o ser humano, única criatura que Deus quis por si mesma, não pode se encontrar plenamente senão por um dom sincero de si mesmo.

A pluralidade de pessoas unidas pelo amor é para a Igreja um dado teológico antes de ser um conhecimento antropológico, e mostra que a humanidade criada à Imagem e Semelhança do Criador, não é semelhante só no caráter de indivíduo, mas também no caráter da pluralidade.

A pluralidade das pessoas divinas antecipa a pluralidade das pessoas humanas e forma parte da *Semelhança* do Criador e Pai. Amar os irmãos e irmãs como as pessoas divinas se amam mutuamente supõe uma capacidade especial no coração humano, que não somente é capaz de receber amor, mas também à Imagem do que é capaz o Pai de dar.

A Vida Religiosa, além da contribuição da decisão de Seguimento, quer viver a sua vocação em comunidade. O *si mesmo*, que é o núcleo íntimo do ser que se possui *aqui e agora*, não é somente o ponto final de um amor que chega de fora, mas torna-se ao mesmo tempo fonte e origem de uma doação que nasce do íntimo de seu próprio ser. A pluralidade de pessoas que partilham da mesma origem paterno-maternal torna-se uma exigência e possibilidade de viver entre si o receber e o doar amor.

Impõe-se uma distinção no sentido do ego, como ponto final ou ponto intermediário do amor recebido. Podemos chamar de *egoísmo* o amor que somente recebe, mas não é gratuidade dada. O egoísta gosta de receber atenção, ajuda, compreensão. Até reclama, com violência, quando acredita não receber o que deveria receber.

O Pai quer que seus filhos e filhas sejam capazes não somente de receber, mas também de doar amor. O *ego* não

é o ponto final de um amor que se recebe, mas o ponto intermediário que desperta, na pessoa amada, o desejo de amar de igual maneira. A palavra *egoísmo* deve ser substituída pela palavra *egocentrismo*; isto é, aceitar um amor que chega, mas também aceitar um dever de corresponder por uma doação igualmente gratuita e generosa.

Saber doar amor é saber ser “doação de si mesmo”. Se Deus é amor, então o seu ser é a permanente doação; o ser divino identifica-se com o mútuo doar-se das pessoas divinas. Neste sentido o Papa Bento XVI chama de “relação pura” às relações divinas.

Para compreender o sentido da relação pura devemos distinguir nas doações humanas: a relação mesma (o *ser para*) e a pessoa que vive essa relação, que possui um *ser em si*, no qual se apoia a relação com as outras pessoas. A paternidade humana não se inicia com o nascer de um indivíduo. Durante anos a criança tem que desenvolver-se até chegar à maturidade de poder ser *pai ou mãe para seu filho e filha*. A relação de paternidade não se identifica com a existência de sua pessoa.

Diferente da paternidade humana, o Pai no Mistério Trinitário existe como pessoa divina totalmente identificada com seu ser, que consiste em *ser para o Filho na comunhão do Espírito*, e o mesmo acontece com o Filho e o Espírito. Cada pessoa da Trindade realiza a totalidade de seu próprio ser existindo *para* aquelas pessoas nas quais culmina sua doação. O Pai não tem nada que seja *próprio* d’Ele, diferente da relação paternal no amor do Espírito. Com toda propriedade podemos dizer que o *ser* do Pai consiste na *doação* ao Filho no Espírito. *Ser é doar-se*.

Aplicando este conceito da doação divina, compreendemos melhor como, para as pessoas humanas, a vida, como doação, não pode significar um *vazio*, um *vácuo*, mas, ao contrário, um abrir-se à própria plenitude. Ser para a doação não é existir para ficar sem nada; ao contrário, a doação é partilhar a riqueza própria e enriquecer-se com a riqueza dos outros seres.

A doação *de si mesmo* conduz a outro conceito de grande riqueza. O conhecimento de *si mesmo* é um progresso do modo humano de conhecer. Todo conhecer desdobra-se em um *sujeito* que conhece e um *objeto* conhecido. Sem esta dupla polaridade não existe conhecimento algum. Os *objetos* conhecidos têm que existir em nossa mente, ao menos por uma imagem ou conceito, que traz *para dentro* a realidade exterior conhecida.

A *experiência* de si mesmo não é exatamente o conhecimento de si mesmo, porque dentro da consciência o sujeito da experiência e o objeto da experiência se unificam. Isto significa que o saber humano tem duas fontes: o conhecer e o ter experiência. *Conhecemos* o humano e a humanidade, como *objeto* que está fora de nós, e captamos por um conceito.

A *experiência* da humanidade só acontece na minha humanidade, porque é vivida *por dentro*. Sujeito e objeto da experiência são o mesmo ser presente em nossa consciência. Nesta presença imediata captamos o humano com uma clareza especial.

O preceito evangélico de amar ao próximo como a si mesmo significa que o *próximo que está fora*, e o meu eu *mim mesmo* que está dentro da minha consciência, são a mesma pessoa, sujeito da experiência. Ainda não conheço *o que devo fazer* com ele, mas já experimento *o que gostaria de receber* se eu estivesse no seu lugar.

Meu ego aparece não como ponto final do receber (egoísmo), mas como ponto intermediário de um receber e de um dar (egocentrismo) numa identidade de humanidade fora e humanidade dentro. Pela sua essência, a VRC deve ser a prática viva do *egocentrismo* que supera todo egoísmo.

O preceito de amar o próximo como a si mesmo inclui a *experiência de si mesmo* como medida das ações, que devo realizar com outro ser humano que tem recebido de Deus, como Pai, a mesma dignidade e amor que todo ego tem recebido como filho ou filha. A narração de Lucas sobre o Bom Samaritano apresenta um escriba que perguntou a Jesus sobre o mandamento mais importante da Lei. A resposta de

Jesus esclarece que, junto com o amor a Deus sobre todas as coisas, deve se amar também o próximo.

À pergunta sobre quem é o próximo, Jesus não responde, remetendo-se ao resto dos mandamentos, que em forma de proibições indicam *o que não deve ser feito com o próximo*, mas narrando uma sequência de ações que o samaritano, livremente, realiza com a pessoa ferida.

O amor não consiste somente em deixar de fazer *más ações* ao próximo. O amor consiste em fazer criativamente *boas ações*. Não pode estar fixado num catálogo legal, mas expressar com espontaneidade o bem que cada *si mesmo* gostaria de receber, no caso de encontrar-se na mesma situação.

A paternidade de Deus não indica somente a origem da vida de cada pessoa, pela filiação, mas, simultaneamente, o fato de que qualquer outro que tem recebido *vida humana* está com cada outro ser humano, em relação de fraternidade.

A GS procura descer às situações concretas. Fala, inclusive, de nos *tornarmos* próximos de qualquer ser humano indistintamente. Se ele se apresenta, devemos servi-lo ativamente, quer seja um velho abandonado por todos, ou um operário estrangeiro injustamente desprezado, ou um exilado, ou uma criança nascida de união ilegítima sofrendo imerecidamente por um mal que não cometeu, seja um faminto que interpela a nossa consciência recordando a voz do Senhor: “Todas as vezes que fizestes *isto* a um destes meus irmãos mais pequeninos, foi a mim que o fizestes” (Mt 25,40).

Além disso, também quem atenta contra a própria vida, como qualquer espécie de homicídio, genocídio, aborto, eutanásia e o próprio suicídio voluntário; tudo o que viola a integridade, como as mutilações, as torturas físicas ou morais e as tentativas de dominação psicológica; tudo o que ofende a dignidade humana, como as condições infra-humanas de vida, os encarceramentos arbitrários, as deportações, a escravidão, a prostituição, o mercado de mulheres e jovens e também as condições degradantes de trabalho que reduzem

os operários a meros instrumentos de lucro sem respeitá-los a personalidade livre e responsável. Todas estas práticas são objetivamente dignas de censura. Elas infeccionam a civilização humana, desonram mais os que se comportam desta maneira do que aqueles que padecem tais injúrias. E contradizem a *honra do Criador* (GS 27).

No documento da GS, achamos também uma importante clarificação sobre o sentido “do social”. Lembra-nos que o ser humano não simplesmente usa os bens da natureza como os encontra no mundo, mas os transforma como obras da cultura, criando *instituições* sociais, sejam econômicas, políticas e até religiosas.

Deve-se distinguir a ordem social, entendida como organização das coisas, e a ordem das pessoas. Para ilustrar esta oposição das duas ordens, a GS cita o Evangelho: o próprio Senhor o insinua ao dizer que o sábado foi feito para o homem e não o homem para o sábado. Aqui o sábado é a lei do descanso sagrado como ato de respeito a Deus, ocasião de fortes controvérsias entre Jesus e os fariseus da sua época. Jesus fez muitas curas precisamente em dia sábado; e mostrou a arbitrária interpretação da casuística legalista que permitia resgatar um animal de um poço e não permitia melhorar a saúde de um filho de Deus.

A distinção que a GS faz entre a ordem das coisas e das pessoas permite abordar o tema do social como vivência plural entre pessoas. A ordem social e o seu progresso devem ordenar-se incessantemente ao bem das pessoas, pois a organização das coisas deve subordinar-se à ordem das pessoas, e não o contrário. Esta ordem deve desenvolver-se sem cessar, ter por base a verdade, construir-se sobre a justiça, ser animada pelo amor e encontrar, na liberdade, um equilíbrio sempre mais humano (GS 26).

A GS aplica à *ordem das coisas* o termo de *instituições*:

As instituições humanas, particulares ou públicas se esforcem por servir a dignidade e ao fim do ser humano. Ao mesmo tempo lutem denodadamente contra qualquer espécie de servidão tanto social quanto política e respeitem os direitos fundamentais do

homem sob qualquer regime político. Além disso, é necessário que estas instituições pouco a pouco se adaptem às exigências espirituais, superiores a tudo, ainda que às vezes seja necessário um tempo.

Para “se cumprirem tais exigências, deve-se introduzir uma reforma de mentalidade e amplas mudanças sociais” (GS 26).

A inteligência e liberdade da humanidade criam bens *culturais* porque é resultado do encontro da natureza exterior com a capacidade humana de criar objetos, como *as instituições*. A importância das instituições na vida moderna se multiplicou pelo fato da globalização, fenômeno insuspeitado no Concílio, ao menos nas proporções desenvolvidas na última década. Para nossa cultura atual é de suma importância dar às instituições a importância que merecem, mas também reconhecer as limitações e perigos que estão surgindo de um mau uso que poderíamos qualificar de verdadeira *idolatria*.

Nas páginas da Escritura que descrevem o exílio dos judeus, se narra a preocupação dos profetas como Jeremias e Isaías, e seus discípulos, para preservar a fé do povo de Israel. Descrevem nas suas cartas a conduta pagã de dedicar os pedaços de madeira das árvores a duas finalidades distintas: fazer fogo para esquentar-se e esculpir imagens de seus deuses. Como é possível que o ser humano, que tem olhos que veem, faça e adore um ídolo de madeira que tem olhos que não veem?

A crítica profética aos ídolos pagãos tem duas direções: a *primeira* é evidente de caráter teológico. Um ídolo pretende ocupar o lugar de Deus. Daí a permanente proibição de fazer imagens do divino, porque na realidade a única verdadeira imagem é aquele ser criado à “imagem e semelhança” do Criador.

A *segunda* direção é de caráter antropológico, porque o ser humano que fabricou uma imagem na madeira é autor da imagem e, portanto, *superior e dono* de sua obra, mas por uma *inversão* pagã se torna *adorador de seu próprio produto*. O

que o ser humano fez será sempre inferior ao autor do que foi feito.

A crítica profética aos autores de ídolos que depois adoram seus próprios produtos é um protesto claro de que o autor de alguma obra sempre será maior que a obra realizada por ele. Na cultura de nosso tempo, as instituições econômicas, políticas, culturais e também as religiosas, exigem ser *adoradas*, inclusive impondo sacrifícios humanos, de modo que os seres humanos devem até morrer para que determinadas instituições sigam funcionando.

Pensemos no mercado mundial das finanças, os objetivos e as metas dos partidos políticos, a transmissão das tradições culturais. Vidas humanas são sacrificadas para manter instituições que se tornam ídolos opressores.

No campo religioso do cristianismo, a dimensão social é vivida pela Igreja como comunidade de discípulos missionários. Trata-se aqui de pessoas que são filhos e filhas de Deus e irmãos e irmãs da mesma família. Para o bem das pessoas existem as instituições. Não agrada a Deus que por manter uma instituição se sacrifique um filho ou filha desse Pai/Mãe de Bondade.

Porém, a Igreja é entendida também como instituição hierárquica visível através dos produtos materiais dos templos sagrados, das obras artísticas, da história, do seu pensamento filosófico e teológico, herança de séculos de estudo e pesquisa; e de forma muito privilegiada, do seu Direito Canônico para reger as condutas externas dos seus membros. A Igreja como instituição manifesta-se no Direito Canônico, regula as atividades das pessoas, seus direitos e deveres.

Também na Igreja devemos considerar a prioridade das pessoas que formam a comunidade de fé e considerar as normas e leis em função das pessoas, e não as pessoas em função das leis. Devemos repetir o critério de Jesus: *o sábado foi feito para o homem, e não o homem para o sábado*. O sentido da *koinonia* que a teologia toma da comunhão das Pessoas da Trindade e aplica à *koinonia* eclesial fica empobrecido

quando, ao invés de vincular a comunhão da Igreja como Esposa com Cristo Esposo, o reduz à comunhão do povo de Deus com a hierarquia da Igreja, e se mede a qualidade de vida eclesial das pessoas pela categoria jurídica de obediência ao Direito Canônico.

O que é instituição na Igreja não garante por si mesmo a obra do Espírito. Como toda sociedade, a Igreja precisa da instituição, mas não se limita a ela; pois é instituição *para* e *com* o Espírito de Jesus. A presença real, porém invisível, do Espírito faz santa a instituição eclesial.

A vida comunitária de Religiosos e Religiosas exige a opção de sair das famílias de origem para viver em comum uma fraternidade de serviço à família universal de todos os filhos e filhas de Deus. Sabemos que os mais pobres e abandonados são os filhos e filhas que o Pai confia à Vida Religiosa para serem atendidos e servidos pelas comunidades, cada uma representando a abertura da VRC para a família universal.

O projeto histórico do Reino de Deus como Família Universal

Pela verdade da Encarnação, uma pessoa, *Jesus*, é apresentada à humanidade como o Filho de Deus. João 3,16 define, numa frase, a essência da História da Humanidade: “Tanto amou Deus o mundo que entregou seu Filho para salvá-lo”. A origem da existência do mundo está no Amor do Pai, porque *Deus é Amor*. Se a primeira Aliança segundo a Bíblia nos propõe que tudo tem origem no monoteísmo de um Deus Criador, a Nova Aliança, em Jesus, nos descreve a intimidade do Criador, como Pai de toda a Humanidade.

O Amor do Pai à Humanidade passa pelo Mistério do Filho eterno, que assume um corpo e psiquismo humano, para revelar ao mundo *como* e *quanto* é amado pelo Pai. Esta tarefa de Revelação é partilhada entre Jesus de Nazaré e a comunidade que Ele convoca. A Revelação da paternidade de Deus se realiza pelo seu Filho e pela comunidade que chama para anunciar o Reino de Deus. Deus só será

adequadamente adorado desde uma humanidade consciente da sua filiação e fraternidade.

O Pai tem um projeto sobre a História humana que é revelado pelo Filho no Evangelho. Dito projeto é o Reino do Pai, que unifica dois polos extremos da vida comunitária humana: a família que oferece o sentido da paternidade, filiação e fraternidade e o Reino que abrange a totalidade dos povos e raças.

A vida humana só é bem compreendida desde o polo da pessoa singular e o outro polo da coletividade. A Vida Religiosa Consagrada não só contribui com um modelo de vida pessoal, mas também quer ser uma proposta de existência coletiva.

A sociedade humana mais simples e fundamental é a família, pluralidade de pessoas com vínculos comuns da paternidade-maternidade. A Vida Religiosa quer oferecer também esta dimensão plural e coletiva, e o faz por meio de *comunidades* que vivem juntas o Carisma de cada Família Religiosa.

A História de toda a humanidade encontra seu verdadeiro sentido na extensão de todos os espaços e a duração de todos os tempos. Este projeto poderia ser chamado de: *o Reino do Pai e seus filhos*. Projeto gigantesco que cada geração constrói pacientemente e vai legando às gerações vindouras. Evidentemente, na História aconteceu o bem e o mal, mas o mal será superado pela Misericórdia e pelo Perdão. O Reino definitivo será a festa do perdão de todas as nações e de todas as raças. A graça do perdão transformará o que foi maldade humana em gratidão pelo perdão vencedor.

Questões para ajudar a leitura individual ou o debate em comunidade

1. Quais são os questionamentos principais que a Encíclica *Gaudium et Spes* (GS) traz hoje para a Vida Religiosa?
2. A vida comunitária de Religiosos e Religiosas exige a opção de sair das famílias de origem para viver em comum uma fraternidade de serviço à família universal. Neste sentido, que tipo de testemunho temos oferecido à sociedade?
3. No espírito da GS, de que forma a nossa Comunidade Religiosa tem procurado mostrar a sua solidariedade para com os mais sofredores?

O lugar eclesial da vida religiosa monástica e contemplativa

637

DOM GREGÓRIO PAIXÃO, OSB*

1. *Provocações históricas*

Era uma manhã de domingo, ensolarada, como são quase todas as manhãs em Salvador. O fluxo de jovens diante do auditório do Colégio das Irmãs Sacramentinas era imenso. Mil novecentos e oitenta e dois era o ano. Vivíamos agora em uma sociedade livre da ditadura militar e reconhecíamos nossa Igreja como vitoriosa, por ter sido protagonista, em sua missão profética, nas lutas por um Brasil democrático.

A multidão dos jovens que aguardava diante do auditório fora convocada no intuito de animar os vocacionados da Bahia e de Sergipe, já que experimentávamos uma visível evasão das vocações à vida religiosa. Creio que éramos, entre candidatos, postulantes, noviços, junioristas e religiosos consagrados, cerca de 300 pessoas. Eu ainda era candidato à vida monástica no Mosteiro de São Bento da Bahia e estava ali, vindo de Aracaju, especialmente para participar do encontro, pois pretendia, no ano seguinte, ingressar na abadia soteropolitana. Estudava na Universidade Federal de Sergipe e precisava decidir entre as cadeiras universitárias e o Mosteiro.

Todos sentados, um silêncio sepulcral espalhará-se no auditório das sacramentinas. Eu estava no meio da plateia, ao lado dos formandos do Mosteiro, todos de roupa civil, para ouvir a conferencista convidada, à qual cabia dirigir uma palavra de incentivo aos vocacionados de primeira hora, motivando, ainda, os que já estavam nas fileiras fraternas.

A conferência foi excepcional. Não lembro o nome da palestrante, mas seria capaz de redesenhar sua fisionomia,

* **Dom Gregório**

Paixão é monge

benedictino do

Mosteiro de São

Bento da Bahia e

Bispo Auxiliar de

São Salvador da

Bahia. **Endereço**

do autor: Rua

Democrata, 14,

Largo Dois de

Julho, CEP 40060-

100, Salvador-BA.

E-mail: dg-osb@

hotmail.com.

com seu cabelo curto e loiro, já marcado pelo passar dos anos. Ela conseguiu levantar o auditório com suas afirmações categóricas, com suas certezas acadêmicas e com sua convicção de consagrada. Entretanto, não observando a diversidade das escolhas, jogou um balde de água fria sobre alguns jovens que desejavam ingressar na vida monástica e na vida contemplativa.

Nossa conferencista foi enfática. Afirmou, dentre outras coisas, que a Igreja não tinha mais lugar para uma vida que não fosse inserida. Que era inconcebível, após as opções feitas pela Igreja do Brasil, jovens dedicarem-se a uma vida contemplativa e desencarnada. Enfatizou, convicta, que era preciso libertar-se das grades.

A indignação dos “alienados” se tornou ainda maior após a conferência, quando alguns jovens, reconhecendo-nos “monges”, resolveram rechaçar nossa escolha, convencidos de que caminhávamos na contramão da história e das opções da Igreja.

Mesmo não entendendo a postura apresentada pela conferencista, resolvi desconsiderar uma pequena parte do seu ensinamento – aquela que menosprezava a minha escolha –, certo de que “a loucura que Deus escolheu para confundir o mundo”¹ nunca será entendida por aqueles que só entendem do mundo. Assim, arrisquei... segui meu caminho... e agora, trinta anos depois, posso dizer com convicção: aquela senhora estava errada.

O relato histórico e pessoal não é, de modo algum, uma crítica atemporal. Visa tão somente enfatizar um olhar unilateral e negativista que pode contaminar todos os que escolheram para a si a ditadura do pensamento único, tornando-se algozes dos que ousam pensar diferente. Creio, também, que a religiosa em questão apresentava ideias que eram suas e que, de modo algum, comungavam com o pensamento da Igreja no Brasil e com os ensinamentos do decreto *Perfectae Caritatis* do Concílio Vaticano II.²

Na verdade, vida ativa e vida contemplativa dividem adequadamente a vida humana.³ O valor de uma não pode

1. Cf. 1Cor 1,27.

2. PC 7-10.

3. Cf. S.Th. II-II q. 179.

diminuir o valor da outra. A ação se nutre da contemplação, pois sem contemplação nossas atividades periféricas nos arrastam para a superfície. A contemplação nos ajuda a ver o rosto do Senhor naqueles que sofrem. Nisso comungam a vida religiosa ativa, a vida monástica e a vida contemplativa.

II. Históricas provocações

A vida monástica e a vida contemplativa encontram-se inseridas no contexto eclesial da pós-modernidade. Sofrem as mesmas alegrias e dores de todas as ordens e congregações, e deseja participar desse momento histórico, que reconhece também como seu, podendo contribuir eficazmente na busca das alternativas desejadas por todos. Ela toma para si a responsabilidade dos quase 1800 anos de experiências vividas, entre quedas e reerguimentos. Sua origem se dá no tempo dos mártires, expande-se após o Edito de Milão, ultrapassa as três fases da Idade Média, sobrevive na Modernidade e refunda-se no Mundo Contemporâneo. Não será diferente na Pós-Modernidade.

O monaquismo do século III foi um movimento de retorno às origens, resgatando o fervor novíço encontrado nas nascentes do cristianismo. Ele surgiu espontâneo, como expressão do ser humano que busca, com o olhar voltado para os mistérios divinos, decifrar os enigmas da terra, desejando realizar o eterno no tempo.

Os primeiros monges cristãos construíram sobre a Sagrada Escritura o alicerce da vida que empreenderam, baseando-se nos exemplos de personagens bíblicos que viveram incondicionalmente para Deus, como o Profeta Elias e São João Batista. Entretanto, foi na pessoa de Jesus Cristo que os monges e contemplativos do século III enxergaram o fundador da vida consagrada.

Advindo de uma família pobre de Nazaré, Ele empreende sua obra salvífica sem endereço fixo, sem acumular bens, escolhendo a vida celibatária, convidando todos a construírem um mundo divinamente humanizado, alertando-os para a fluidez das coisas terrenas e apontando

a perpetuidade das eternas. Seu convite a um seguimento despojado o faz declarar a seus discípulos: “qualquer de vós que não renunciar a tudo o que possui, não pode ser meu discípulo”.⁴ Tendo, assim, como modelo inspirador o próprio Jesus, casto, humilde e totalmente devotado à obra do Pai, surgiram múltiplas vocações ascéticas, que contribuiram, embora não o soubessem, para o nascimento da vida religiosa tal como a concebemos em nossos dias.

Na complexidade e riqueza do seguimento, a vida monástica e a vida contemplativa continuam sendo presença viva na Igreja. Dados oficiais do Vaticano afirmam que o número de monges católicos no mundo totaliza 12.768, residentes em 905 mosteiros. As monjas e contemplativas, por sua vez, chegam ao impressionante número de 48.493, residentes em 3.520 mosteiros.

A apresentação dos números acima é suficiente para dizer que não pode passar despercebida a vida e a atuação das comunidades monásticas e contemplativas espalhadas pelo mundo.

III. O lugar eclesial da vida religiosa monástica e contemplativa

Os novos ideais da contemporaneidade tornaram a sociedade sedenta de espaço. A Terra ficou pequena para nós e a Lua já não nos basta; queremos ir a Marte. Se possível, ao Sol. O desejo de invadir o orbe terrestre gerou o fenômeno da globalização. A sede não é só de espaço, mas de ocupação de espaço, expansão de novas ideias, pelo simples desejo de gerar em toda a sociedade o sentido de pertença universalizante.

A Igreja, filha do seu tempo e inserida no mundo, sofre, também ela, por meio de seus membros, as influências positivas e negativas da sociedade pós-moderna, e luta, sem cessar, para dar respostas profundas em meio ao caos da superficialidade percebida. É no borbulhar desse mundo sedento de respostas – porque imaginou ter encontrado todas

4. Lc 14,33.

– que a vida religiosa monástica e contemplativa desenvolve seu carisma, assumindo seu lugar eclesial e sua missão.

Mas como encontrar o próprio lugar, se o vemos invadido por tudo e por todos?

Quando nos encontramos perdidos, no meio de um oceano avassalador, de nada adiantará confiarmos nos mapas. É fundamental consultar um GPS⁵ para sabermos onde estamos. E o GPS da vida contemplativa nos confirma que estamos no mundo onde “Deus viu que tudo era muito bom”.

a espiritualidade trinitária, o amor incondicional à Sagrada Escritura e o apelo à vida comunitária. Entretanto, existem estruturas ultrapassadas que precisam ser transformadas, já que não correspondem mais às exigências atuais da vida que levamos. Cabe a cada comunidade superar essas estruturas, jamais se encaminhando para os modismos, que são sempre superficiais e reducionistas.

Percebemos, assim, três atitudes diferentes de algumas comunidades monásticas e contemplativas: as que, observando o cair das folhas da árvore, por medo do tempo presente, resolveram colar essas mesmas folhas nos galhos secos, uma a uma, com durex. Outras comunidades, seduzidas pela secularização, resolveram arrancar a árvore pela raiz, imaginando-se modernas. Outras, porém, aproveitaram as folhas caídas para fazer adubo e, com ele, alimentar a árvore que fenecia. Estas últimas continuam fazendo o *aggiornamento* pedido pelo Concílio e, certamente, sobreviverão às intempéries.

Não podemos, de modo algum, nos afastar do carisma dos nossos fundadores. As adaptações são mais que necessárias, mas o espírito do carisma deve permanecer sempre. Porém, nosso modo de entender nossos carismas precisa ser rejuvenescido continuamente. Disso depende a vitalidade de nossas comunidades.

Ser contemplativo, em qualquer tempo e lugar, é tornar-se humano – defrontar-se com a própria existência e empreender a busca de dar-lhe um sentido mais pleno e totalizante. Não é coisa fácil nem banal, tornar-se humano; isto é sempre desafiador! Ao contrário, é antes com a desumanização que nos deparamos: o desemprego, a pobreza, a fome e a violência, frutos de nossa indiferença diante do mal e da injustiça. Ao apresentarmos ao mundo nossa humanidade – renascida em Cristo –, assumimos o compromisso de amar o Deus dos homens e os homens de Deus. Nisso consiste o primeiro e o segundo mandamentos da vida das contemplativas e dos contemplativos.⁸

O que fazer, então, diante de tantos desafios, para encontrarmos o nosso lugar no coração da Igreja? Basta

8. Mc 12,29-30.

ser, coerentemente, o que somos: monjas e monges, contemplativas e contemplativos. Nosso carisma é universal. Nossa liturgia deve refletir o que cremos, fazendo com que nossa mente concorde com nossa voz. Nossa oração coral não nos coloca apenas em contato com Deus, mas -nos torna orantes universais, à medida que nossa oração, fugindo de todo individualismo, centra-se nas necessidades de todos os homens e mulheres que se encontram no orbe terrestre, embora estes não saibam que todas as comunidades monásticas e contemplativas oram pelos que não oram. Desse modo, tornamo-nos cidadãos do mundo, por mais que os cidadãos do mundo não compreendam nossa vocação.

Assim pensando, nossos mosteiros e conventos devem exercer, na sociedade contemporânea, uma ética da estabilidade e do trabalho, denunciando a cultura do materialismo competitivo, que destrói a cultura da paz, que marginaliza os pobres e é fator preponderante para a destruição da natureza e do individualismo galopante, que fulmina as relações sociais. Nosso louvor a Deus deve se dar mediante a liturgia assídua e diligente; o trabalho manual, intelectual e artístico, fielmente realizado no silêncio exterior e interior; a caridade recíproca, e em especial com os que sofrem e os mais pobres, na obediência e na humildade.

Nossa adesão a Jesus pela vida monástica ou contemplativa não nos dá o direito de nos sentirmos menos comprometidos com a vida apostólica. Devemos ser suplementos de alma, orando pelos que não oram. Nossos conventos devem sempre ter as portas abertas aos mais pobres e aos aflitos de todas as classes sociais, que nunca faltam à portaria de nossas casas, acolhendo neles o Cristo que vem. Nossos parlatórios e hospedarias devem sempre estar abertos aos irmãos, num trabalho de pregação contínua da Palavra que acolhe e edifica. Não podemos estar à parte da vida eclesial, mas nos fazer conhecedores da vida da Igreja, unidos ao Santo Padre, aos bispos, sacerdotes e diáconos e a todos os cristãos, numa luta constante pela implementação do Reino.

Se nossas comunidades forem sinal de comunhão neste mundo, as pessoas verão que poderão experimentar em suas

vidas a misericórdia, o perdão e a reconciliação que tanto necessitam. Esse testemunho deve estar na nossa maneira de conviver e orar.

Os conventos e mosteiros contemplativos têm vocação nata para uma espiritualidade de comunhão e de acolhimento. Essa comunhão é universal, no sentido de uma ecologia humana e espiritual, respeitando as diferenças, num diálogo profícuo com as culturas. Neste sentido, nossas casas podem ser lugares onde se desenvolve um ecumenismo sadio, uma cultura de paz e de defesa dos direitos fundamentais de todas as criaturas.

Precisamos ter pleno conhecimento das decisões tomadas pelo episcopado brasileiro, que sempre nos dirige uma palavra carinhosa nos documentos oficiais. A eles nos uniremos pela oração e pelo desejo de colaborar na evangelização, dentro do nosso carisma específico. Devemos, ainda, trabalhar em parceria com os consagrados da Vida Religiosa Ativa e dos Institutos, pois os seus braços são capazes de alcançar o que os nossos não atingem. Santa Terezinha ensinou-nos a estar ao lado de cada missionário presente ao redor do mundo, por meio de nossa oração, apoio e carinho fraterno.

Muitos mosteiros contribuem para a evangelização pela pastoral da hospitalidade, abrindo seus espaços externos para o acolhimento de hóspedes e grupos de reflexão. Outros prepararam seus religiosos e religiosas para escrever, ensinar, traduzir, pregar, além de inúmeros ofícios que fazem para o sustento de suas casas e a evangelização dos povos. Podemos, assim, contribuir na “pastoral de fronteira”, por meio da Internet e dos *mass media*, sem perder o justo equilíbrio de nossas atividades. Os *sites* monásticos, com especialização em fotos e textos espirituais, estão entre os mais visitados do mundo, mostrando que nossa vida continua encantando os próximos e os distantes.

Lembremo-nos, ainda, da contribuição à educação dada pelos inúmeros colégios espalhados pelo Brasil sob a direção de monges, além dos trabalhos sociais desenvolvidos por nossos mosteiros e comunidades contemplativas, muitos

deles inseridos em bairros periféricos, colaborando para o sustento dos pobres mais pobres.

O equilíbrio religioso e psíquico das comunidades deve ser um testemunho para a sociedade onde nós vivemos. Cabe-nos enfrentar, sem medo, por meio de contínuo diálogo e revisões comunitárias, o procedimento desequilibrado de alguns membros de nossas comunidades, descobrindo as causas de certos comportamentos, que nascem por doenças preexistentes, por escolhas erráticas ou por influência de *comunidades doentes*. Não podemos perder nosso tempo com pseudoproblemas, gastando nossas energias em situações que em nada contribuirão para o crescimento individual e coletivo de nossas comunidades. Não existem soluções mágicas para os problemas que enfrentamos, mas, se forem encarados com caridade e racionalidade, chegaremos a bom termo. É por meio de um ambiente sadio e fraterno que as vocações monásticas e contemplativas encontram o que buscam, porque nunca faltam verdadeiras vocações que batem nas portas de nossas comunidades. Precisamos estar sempre atentos aos que chegam psicologicamente comprometidos.

O que podemos ensinar ao homem de hoje, como fermento de nossa participação na evangelização dos povos? A nada anteporem ao amor de Cristo; a serem verdadeiros homens e mulheres, e não estereótipos de ideologias; oferecer um espaço de silêncio aos enlouquecidos pelo ruído do ativismo, das ideologias e da multiplicação de palavras. Nesse campo, a vida contemplativa deve ser uma porção da Igreja solidária, para se viver a fraternidade dos livres em Cristo. Devemos fazer um convite ao homem dividido, egoísta, aborrecido pela sociedade da *turba multa*, para que encontre um autêntico nível de relação na profundidade da pessoa, onde não se admitem aparências nem máscaras de engano.

Assim, a contemplativa cumpre em sumo grau o primeiro mandamento do Senhor: “Amarás ao Senhor teu Deus, com todo o teu coração, com toda a tua alma, com todas as tuas forças”,⁹ fazendo d’Ele o sentido pleno da sua vida e amando

em Deus todos os irmãos e irmãs. Ela busca a perfeição da caridade, escolhendo Deus como “o único necessário”,¹⁰ amando-o exclusivamente como o Tudo de todas as coisas, cumprindo com amor incondicional por Ele, e no espírito de renúncia proposto pelo Evangelho.¹¹

IV. Com a palavra, a Igreja

A partir do Concílio Ecumênico Vaticano II, vários documentos do Magistério aprofundaram o significado e o valor da vida monástica e da vida contemplativa. Destacam-se o Decreto Conciliar *Perfectae caritatis*,¹² sobre a conveniente renovação da vida religiosa, a Instrução *Venite seorsum*, assim como o Documento de Aparecida.

Com seu olhar desbravador e profético, o Concílio Vaticano II, por meio do decreto *Perfectae Caritatis*, afirmou, em 1968, que “os institutos que se dedicam exclusivamente à contemplação, conservam sempre a parte mais excelente dentro do Corpo Místico de Cristo”, em que “nem todos os membros têm a mesma função”.¹³ Na verdade, “oferecem a Deus um exímio sacrifício de louvor, enriquecem com abundantes frutos de santidade o povo de Deus, movem com o seu exemplo e fecundidade apostólica”.¹⁴ Do mesmo modo, “os institutos de vida monástica conserve-se fielmente e brilhe, cada vez mais, a venerável instituição da vida monástica, que tantos méritos alcançou no decorrer dos séculos na Igreja e na sociedade humana. O principal dever dos monges é servir de modo humilde e nobre, a divina majestade dentro das paredes do seu mosteiro, quer se entreguem totalmente ao culto divino na vida contemplativa, quer tenham assumido legitimamente algumas obras de apostolado ou caridade cristã. Mantida, pois, a índole própria da instituição, renovem as suas antigas e beneméritas tradições e acomodem-nas às necessidades atuais das almas, de tal forma que os mosteiros sejam como que os viveiros de edificação do povo cristão”.¹⁵

Na mesma linha, ensina-nos o Documento de Aparecida: “A Igreja estimula com esperança o incremento de vocações

10. Cf. Lc 10,42.

11. Cf. Mt 13,45; Lc 9,23.

12. PC 7-16.

13. Rm 12,4.

14. PC 7-8.

15. PC 9-10.

para a vida contemplativa masculina e feminina”.¹⁶ “A vida consagrada é um dom do pai, por meio do Espírito, à sua Igreja, e constitui um elemento decisivo para sua missão. Expressa-se na vida monástica, contemplativa e ativa, nos institutos seculares, naqueles que se inserem nas sociedades de vida apostólica e outras novas formas”.¹⁷ “De maneira especial, a América Latina e o Caribe necessitam da vida contemplativa, testemunha de que só Deus basta para preencher a vida de sentido e de alegria. ‘Em um mundo que continua perdendo o sentido do divino, diante da supervalorização do material, vocês queridas religiosas, comprometidas desde seus claustros a serem testemunhas dos valores pelos quais vivem, sejam testemunhas do Senhor para o mundo de hoje, infundam com sua oração um novo sopro de vida na Igreja e no homem atual’ (João Paulo II, Discurso às Religiosas de Clausura na catedral de Guadalajara, México, 30 de janeiro de 1979)”.¹⁸ “Os povos latino-americanos e caribenhos esperam muito da vida consagrada, especialmente do testemunho e contribuição das religiosas contemplativas e de vida apostólica que, junto aos demais irmãos religiosos, membros de Institutos Seculares e Sociedades de Vida Apostólica, mostram o rosto materno da Igreja. Seu desejo de escuta, acolhida e serviço, e seu testemunho dos valores alternativos do Reino, mostram que uma nova sociedade latino-americana e caribenha, fundada em Cristo, é possível”.¹⁹

16. DAp 99c.

17. DAp 216.

18. DAp 221.

19. DAp 224.

Questões para ajudar a leitura individual ou o debate em comunidade

1. Como fazer um novo *aggiornamento*, como nos pede o Concílio, conservando os valores basilares de nossas comunidades, superando as dificuldades que impedem um novo vigor?
2. Como ajudar os membros de nossas comunidades a perceberem que os problemas que nos atingem são mais de ordem espiritual do que de administração?
3. Quais são os valores que não podem ser esquecidos pelas comunidades, tendo como base seu núcleo identitário? Quais os novos valores que podem ser agregados?